



**ATA 1977ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos dez dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às nove horas e
2 dezoito minutos, realizou-se a milésima noningentésima septuagésima
3 sétima reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de
4 São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram
5 presentes 22 (vinte e dois) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e
6 suplentes, a seguir indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva,
7 Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira,
8 Luciana Stoppa dos Santos, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Monalisa
9 Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi
10 Ortiz da Silva, Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Borges Brambilla, Bruna
11 Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo
12 Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Magna Barboza Damasceno, Mary Ueta,
13 Maurício Marinho Iwai e Rodrigo Fernando Presotto. Esteve presente
14 também a gestora da Subsede de Ribeirão Preto, Mariane Capellato Melo,
15 conforme lista de presença anexa, onde constam os registros de horários de
16 ingresso e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão da
17 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de 2017. **ORDEM DO DIA: I)**
18 **INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência** - Foram consideradas as
19 justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Maria Rozineti
20 Gonçalves, Reginaldo Branco da Silva, Beatriz Marques de Mattos, Larissa
21 Gomes Ornelas Pedott, Márcio Magalhães da Silva, Maria Mercedes
22 Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri. Camila Teodoro Godinho está
23 afastada temporariamente, conforme deliberação da 1959ª Plenária
24 Ordinária, de 18 de fevereiro de 2017. **1.2) Critérios de Avaliação de**
25 **Desempenho** – O assistente técnico Luiz Carlos Francisco Júnior faz
26 apresentação sobre os critérios de avaliação de desempenho. De acordo
27 com a Resolução CRP-06 nº 001/2007, Art 2º, “o *Quadro do Pessoal do*
28 *Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região-CRP-06 submeter-se-á a*
29 *avaliação anual de desempenho, obedecidos aos princípios da legalidade,*
30 *impressoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, do contraditório e da*
31 *ampla defesa* e Art 4º “os *profissionais do Quadro do Pessoal do Conselho*
32 *Regional de Psicologia da 6ª Região-CRP-06 terão seu desempenho*
33 *avaliado mediante a adoção dos seguintes critérios e indicadores de*



34 *desempenho: I - Trabalho em Equipe; II - Iniciativa e Criatividade; III -*
35 *Dedicação e Compromisso; IV- Qualidade do Trabalho; V - Resolutividade”.*
36 A respeito dos conceitos de desempenho, faz leitura do Art. 5º “os
37 *indicadores e fatores de avaliação serão julgados e classificados dentro dos*
38 *seguintes conceitos de desempenho: I - Excelente; II – Muito Satisfatório; III*
39 *– Satisfatório; IV- Pouco Satisfatório; V - Insatisfatório.” E explica cada um*
40 *dos indicadores de desempenho: I) Trabalho em Equipe – a) Eficiência na*
41 *comunicação: expressa idéias com lógica, clareza e objetividade,*
42 *preocupando-se em verificar o entendimento das informações transmitidas e*
43 *recebidas. b) Relacionamento interpessoal: demonstra capacidade de*
44 *trabalhar em equipe, revelando uma postura profissional, participativa e*
45 *colaboradora. c) Gestão de conflitos: resolve controvérsias e situações de*
46 *litígio com equilíbrio e segurança, tratando as pessoas de forma educada,*
47 *com atenção e respeito. d) Respeito à individualidade: sabe ouvir e respeitar*
48 *diferentes valores e opiniões, a fim de manter a convivência harmoniosa. II)*
49 *Iniciativa e Criatividade – a) Adaptabilidade: promove inovações e mudanças*
50 *contribuindo proativamente para viabilizar sua implantação. b) Senso crítico:*
51 *apresenta sugestões e contribuições de melhorias objetivando racionalizar*
52 *rotinas e desburocratizar procedimentos de trabalhos. c) Análise de riscos e*
53 *oportunidades: consegue antever ameaças e riscos que podem repercutir*
54 *e/ou influenciar nos resultados esperados da sua unidade e área de trabalho.*
55 *d) Capacidade empreendedora: propõe a adoção de modernos sistemas,*
56 *técnicas, métodos e processos de trabalho, bem como o emprego de novos*
57 *modelos, instrumentos e ferramentas de gerenciamento do trabalho. III)*
58 *Dedicação e Compromisso – a) Autodesenvolvimento: investe na sua*
59 *capacitação por iniciativa própria ou aproveitando oportunidades oferecidas*
60 *pela instituição, buscando o desenvolvimento profissional e a ampliação dos*
61 *conhecimentos em sua área de atuação. b) Resolução de problemas: analisa*
62 *pendências e soluciona problemas relacionados ao seu trabalho e à sua área*
63 *de atuação. c) Comprometimento: revela engajamento com a implementação*
64 *das políticas, estratégias e diretrizes institucionais revelando compromisso*
65 *com a consecução de seus objetivos e metas da instituição. d) Participação:*
66 *integrar e interage no ambiente de trabalho e na discussão e validação de*
67 *soluções coletivas para resolver os problemas da sua unidade de trabalho.*
68 *IV) Qualidade - a) Produtividade: agrega valor aos serviços prestados por*
69 *sua área racionalizando custos, eliminando desperdícios, informatizando*
70 *rotinas e automatizando procedimentos de trabalho. b) Foco em resultados:*



71 produz o que é relevante e factível, procurando otimizar o melhor rendimento
72 dos recursos materiais, financeiros, tecnológicos e humanos disponíveis. c)
73 Garantia da qualidade: executa seu trabalho com precisão, com a incidência
74 mínima de erros e ausência de retrabalhos, em conformidade com os prazos
75 e padrões estabelecidos. d) Satisfação do usuário: demonstra
76 comportamentos e atitudes focadas na satisfação dos usuários internos e
77 necessidades dos clientes. V) Resolutividade - a) Assiduidade: cumpre a
78 jornada de trabalho sem faltas injustificadas. b) Pontualidade: respeita,
79 pontualmente, os horários de entrada e saída. c) Presteza: executa tarefas e
80 obrigações dentro dos prazos, condições e compromissos acordados. d)
81 Prontidão: demonstra capacidade de problematizar, investigar e buscar
82 alternativas de resposta para resolução de problemas e dificuldades a partir
83 de soluções realistas e factíveis de execução. Sobre o processo de
84 avaliação, relata que, conforme Art. 9º, “O produto da avaliação anual será
85 motivado exclusivamente com base na avaliação dos fatores e indicadores e
86 aplicação dos conceitos previstos nesta Resolução, sendo obrigatória à
87 indicação dos fatos, das circunstâncias e dos demais elementos de
88 convicção no termo final de avaliação, inclusive o relatório relativo ao
89 colhimento de provas testemunhais e documentais, quando for o caso. § 1º -
90 É assegurado ao funcionário o direito de acompanhar todos os atos de
91 instrução do processo que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.
92 § 2º - O funcionário será notificado do resultado final da sua avaliação,
93 podendo requerer reconsideração para a autoridade que homologou a
94 avaliação no prazo máximo de dez dias, cujo pedido será decidido pela
95 Comissão de Avaliação de Desempenho em até 30 (trinta) dias da data de
96 protocolo da entrada do pedido. § 3º - Contra a decisão relativa ao pedido de
97 reconsideração não caberá recurso hierárquico de ofício e voluntário. Art. 10
98 - A cada 2 (dois) anos somente poderá ser contemplado com a progressão
99 funcional o funcionário que atender, cumulativamente, as seguintes
100 condições, verificada na data da sua avaliação de desempenho: I - contar
101 com mais de 730 (setecentos e trinta) dias de efetivo exercício no CRP-06
102 dentro de um nível salarial específico de enquadramento da sua carreira.
103 Considera-se como efetivo exercício, sábados, domingos, feriados e dias
104 compensados, conforme previsão legal ou em acordo ou convenção coletiva;
105 II - não tenha estado em disponibilidade ou no exercício de mandato eletivo
106 federal, estadual ou municipal; III - nos últimos doze meses, não tenha
107 estado em licença de qualquer natureza ou afastado, a qualquer título, em



108 período superior a 60 (sessenta) dias, contínuos ou intercalados; IV - nos
109 últimos 730 (setecentos e trinta) dias, não tenha sofrido pena disciplinar, de
110 advertência, de repreensão ou suspensão; V - nos últimos doze meses, não
111 tenha faltado mais de 3 (três) dias, contínuos ou intercalados,
112 injustificadamente ao serviço. Já, a respeito das atribuições, Comissão de
113 Avaliação, “Art. 13. São atribuições dos integrantes da Comissão de
114 Avaliação de Desempenho: a) Fiscalizar normas e procedimentos de
115 funcionamento do sistema de Avaliação de Desempenho; b) Monitorar as
116 fases e etapas de implementação do sistema julgando litígios e controvérsias
117 do processo. c) Decidir os embargos e recursos interpostos pelos
118 funcionários; d) Acompanhar trimestralmente se as chefias registram os
119 resultados e as ações de trabalho dos funcionários; e) Manter arquivo dos
120 recursos analisados e dos pareceres emitidos. f) Informar o Departamento de
121 RH sobre os recursos analisados e encaminhar o resultado final para fins de
122 promoção quando for o caso”. Relata que há também acréscimo de pontos
123 com base na atualização profissional: “Art. 16. Para fins da Promoção
124 Horizontal dos profissionais do CRP-06, serão computados pontos relativos à
125 participação em programas de aperfeiçoamento ou especialização como
126 Cursos, Seminários, Simpósios e Congressos que: I - Tenham objetivo e
127 conteúdo programático relacionados com as funções do cargo ocupado e/ou
128 com a natureza do trabalho realizado pelo funcionário; II - Sejam promovidos
129 ou indicados pelo CRP-06 ou realizados por instituições de ensino de ilibada
130 reputação e notório saber; III - Tenham expedido certificado de frequência e
131 aproveitamento nominal ao funcionário participante.”. A atribuição de pontos
132 referentes aos programas de atualização obedecem a seguinte ordem: a)
133 Somatória de Cargas Horárias iguais ou superiores a 120 horas: 10 pontos;
134 b) Somatória de Cargas Horárias de 60 a 119 horas: 08 pontos; c) Somatória
135 de Cargas Horárias de 30 a 59 horas: 06 pontos; d) Somatória de Cargas
136 Horárias de 16 a 29 horas: 04 pontos; e) Somatória de Cargas Horárias
137 iguais ou inferiores a 15 horas: 02 pontos. A respeito da progressão salarial:
138 “Art. 24. Está limitado a 20 % (vinte por cento) do Quadro de Pessoal, o
139 quantitativo anual de profissionais do CRP-06 que poderão ter seu
140 desempenho classificado como Excelente na pontuação final dos 5 (cinco)
141 Indicadores de Desempenho. Parágrafo único: A passagem a cada 2 (dois)
142 anos, de um nível da tabela salarial para o outro imediatamente subsequente
143 dependerá, obrigatoriamente, da obtenção mínima de 160 (cento e sessenta)



144 *pontos obtidos como produto do resultado anual da avaliação de*
145 *desempenho de todos os indicadores e seus respectivos fatores de*
146 *avaliação”. E “Art. 26. Respeitado o disposto nos artigos 24 e 25 e havendo*
147 *empate na somatória global de pontos obtidos no processo de avaliação de*
148 *desempenho terá preferência, na passagem de um nível da tabela salarial*
149 *para o outro imediatamente subsequente, sucessivamente, o funcionário: I –*
150 *que obtiver o maior número de pontos decorrentes da participação em*
151 *programas de atualização e aperfeiçoamento profissional atribuídos*
152 *conforme o disposto no art. 19, parágrafos e incisos; II – que houver*
153 *concluído: a) curso de pós-graduação. b) curso superior de graduação. III –*
154 *com o maior tempo de serviço no Conselho Regional de Psicologia da 6ª*
155 *Região – CRP-06.”. Relata ainda o que a Resolução versa acerca dos*
156 *prazos: “Art. 27. O processo de Avaliação de Desempenho dos funcionários*
157 *do CRP-06 ocorrerá anualmente no mês de julho de cada ano. Parágrafo*
158 *Único: A concessão do benefício para os funcionários avaliados, conforme*
159 *descrito no Capítulo VII, se dará no mês imediatamente subsequente. Art. 28.*
160 *O registro do Desempenho será realizado nos seguintes meses: a) Janeiro*
161 *relativo aos desempenhos, ações e resultados de trabalho observadas nos*
162 *meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano*
163 *respectivo. b) Julho relativo aos desempenhos, ações e resultados de*
164 *trabalho observadas nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e*
165 *junho do ano respectivo.”. Se coloca a disposição para quaisquer dúvidas em*
166 *relação ao processo de avaliação de desempenho, inclusive por meio de seu*
167 *e-mail institucional rh02@crpsp.org.br. Considerações do plenário: 1)*
168 *Comenta-se que já realizou anteriormente o processo de avaliação e que, a*
169 *esse respeito, há dois pontos a colocar: **1)** Existe uma grande dificuldade por*
170 *não se considerar as especificações dos cargos, a avaliação de desempenho*
171 *é igual para todos os cargos. Entende-se muito temerário, pois, por exemplo,*
172 *para um assistente administrativo a exigibilidade quanto à iniciativa e*
173 *criatividade é bem distinta daquela para um cargo mais elevado, e, por essa*
174 *razão, não há condições para avaliar. Relata que na última avaliação essa*
175 *questão gerou grande confusão. Os cargos para os quais se exige mais*
176 *iniciativa são os cargos de liderança. Questiona-se ainda se executar*
177 *corretamente suas atribuições pode ser considerado como ter iniciativa.*
178 *Ressalta-se que é algo que necessita ser esclarecido com todas/os*
179 *conselheiras/os, para que não incorrer em um erro grave. A outra questão*



180 levantada é pela progressão salarial geométrica que se sobrepõe ano a ano.
181 Assim, questiona-se qual o impacto desse aumento na folha de pagamento
182 por ano. **2)** Elogia-se a apresentação sobre a avaliação, que é um
183 instrumento de gestão muito importante, inclusive, para dar conta dos
184 processos de trabalho do CRP. Questiona se a avaliação é aplicada para
185 todas/os funcionárias/os, inclusive comissionados. E, ainda, no caso do setor
186 de Comunicação, se a avaliação seria feita pela pessoa que atualmente
187 ocupa o cargo de coordenação ou pelas conselheiras da Comissão. **3)**
188 Apresenta-se preocupação sobre quem são os avaliadores e como isso se
189 estrutura, em especial, nas subsedes. Comenta-se que há muitos
190 avaliadores e é preciso alinhar os critérios, que acabam sendo subjetivos. **4)**
191 Questiona-se sobre o formato da avaliação, se deve ser feita junto com o
192 funcionário. **5)** Ressalta-se a importância de ser ter esse ponto de pauta. **6)**
193 Sobre os critérios para a progressão, relata-se que os funcionários os
194 conhecem, mas questiona quem é o responsável por conferir se o certificado
195 é válido. **7)** Questiona-se ainda se a advertência é uma penalidade que
196 impacta o funcionário, segundo os critérios da avaliação. Ainda, quais são as
197 penalidades que de fato impactam. **8)** Problematiza-se a questão de não se
198 realizar avaliação de desempenho nos casos de licença maternidade, por
199 exemplo, pois entende-se que se trata de um direito da trabalhadora. Este
200 plenário faz debate de gênero, de dimensão institucional, e, nesse sentido,
201 também deve propor para não ser critério que desabona essas
202 trabalhadoras. Sugere debate mais aprofundado para discutir essa questão.
203 **9)** Pondera-se ainda que o processo de avaliação sempre é desenvolvido em
204 parceria, conforme os processos anteriores de avaliações. Cita como
205 exemplo uma trabalhadora da Subsele de Campinas, que considera
206 excelente e que sofreu advertência neste ano, sem que se levasse em
207 consideração quem está acompanhando seu trabalho cotidiano. Pontuando-
208 se que avaliação de desempenho se trata de um processo e deve-se
209 considerar o desgoverno no processo de gestão do CRP. **10)** Comenta-se
210 sobre a subjetividade do processo, que é bastante dispendioso no sentido de
211 construir junto. Esse processo, no caso das subsedes, envolve conversa com
212 a/o funcionária/o, com comissão gestora e, após, o retorno definitivo à/ao
213 trabalhadora/or. **11)** Com relação aos critérios, como as/os trabalhadoras/es
214 já estão habituadas/os, começam a criar estratégias para dar conta de
215 responder as expectativas impressas pelo instrumento. **12)** Comenta-se que,
216 no último ano havia orientação para que os avaliadores fossem criteriosos na



217 medida, de aplicar o instrumento de uma forma justa. Relata que os
218 avaliadores costumavam ser muito condescendentes e todas acabavam
219 sendo excelentes. Reconhecendo-se a dificuldade de proceder de forma
220 diferente. Assim, questiona se há um histórico para mostrar foram as
221 avaliações anteriores, para que ajude a fazer o processo de forma mais justa.
222 **13)** Pondera-se que o período da avaliação é no mês de julho, período em
223 que muitos estão de férias e, assim, questiona-se como fica essa questão.
224 **14)** Questiona-se se as funcionárias que estão na coordenação de COE e
225 COF também devem participar desse processo de avaliação nas subsedes.
226 **15)** Levanta-se dúvida em relação ao termo de ajustamento de conduta
227 dentro do espaço do trabalho. Questiona-se em que medida é válido. **16)**
228 Questiona-se se as advertências orais também são contabilizadas. **17)**
229 Questiona-se quem fará a avaliação dos setores que não possuem
230 conselheiras/os na coordenação. O conselheiro secretário, Rodrigo Toledo,
231 comenta que várias falas questionam, em especial, a estrutura da avaliação
232 e seus critérios. Destaca que esta ferramenta é homologada pelo Ministério
233 Público e Ministério Público do Trabalho e, portanto, não há possibilidade de
234 alteração desses critérios. Ressalta que a avaliação que está sendo discutida
235 se refere ao Plano de Cargos, Carreira e Salários em curso e não ao que
236 será utilizado futuramente, que já está aprovado, mas que ainda não foi
237 implementado. Assim, entende que essas questões relativas aos critérios
238 podem ser levantadas e consideradas para o novo PCCS. Vinicius Cesca de
239 Lima, a respeito da preocupação com o impacto na folha de pagamento,
240 esclarece que é incorporado dentro da dinâmica do orçamento. A projeção já
241 é feita. O impacto anual corresponde a cerca de 2%, aproximadamente. Em
242 resposta aos questionamentos do plenário, Luiz Carlos Francisco Júnior,
243 informa: **1)** Sobre critérios envolvendo áreas diferentes, para auxiliar é
244 importante que se crie alternativas para facilitar o preenchimento deste
245 instrumento. Relata que, normalmente, as pessoas conversam com o RH
246 para auxiliar com esses aspectos, pensando quais são as proposições que
247 são trazidas pela assistente técnica e pelas administrativas, nos elementos
248 que se teria para avaliar. Ações do cotidiano que possibilitam um pouco mais
249 de subsidio para a avaliação. **2)** Sobre quem pode participar das avaliações,
250 conforme resolução, somente são considerados avaliadores aqueles que
251 possuem mais de seis meses na função. Aqueles que ainda não possuem
252 esse tempo podem contribuir para o período relativo ao seu tempo no cargo,
253 quando pode acompanhar o trabalho, mas não ser considerado avaliador.



254 Nas áreas que contam com conselheiras/os e coordenadoras/es, a sugestão
255 é que o processo seja feito em parceria, em conjunto. O conselheiro pode,
256 após um período, atribuir a tarefa ao coordenador. Relata, ainda, que cargos
257 comissionados não são avaliados. **3)** Em relação ao formato, do modo de
258 fazer, pondera que avaliar não é simples. O formato recomendado é que seja
259 conjunto, participativo com a/o trabalhadora/or, para que se entenda o
260 processo qualitativo, além do quantitativo. Mas pontua que isso cabe a cada
261 Comissão, a cada unidade, de definir o sistema. Dentro do entendimento do
262 setor de Recursos Humanos, quanto mais qualitativa, participativa e
263 colaborativa for o processo a tendência é que ele tenha mais sucesso. **4)**
264 Sobre os certificados, o avaliador é o responsável pelo parecer. Cabe ao
265 avaliador a responsabilidade pelo processo de avaliação. No caso das
266 subsedes, entende-se que o responsável pela avaliação é o coordenador da
267 comissão gestora, o que não impede que o processo seja feito em conjunto.
268 Ele tem autonomia para construir o parecer como quiser. **5)** A respeito das
269 penalidades, apenas são consideradas quando se trata de advertência
270 escrita. **6)** Comenta que o RH se coloca à disposição para contribuir com o
271 processo. **7)** Com relação a funcionário em férias durante todo o mês de
272 julho, pondera que o ideal é que seja consultada a comissão de avaliação,
273 pois, às vezes existem algumas prorrogações de prazo e isso precisa ser
274 contemplado. Contudo, ressalta que é importante tentar manter o prazo. **8)**
275 Ainda, que o PCCS vigente atualmente, de 2007, será disponibilizado para
276 todas/os imediatamente. **8)** Concernente ao histórico das avaliações, informa
277 que tem sistematizado no RH e pode disponibilizar. Mas pontua que,
278 culturalmente, as avaliações são excelentes. Relata ainda que é importante
279 relacionar critérios aos fatos concretos, para evitar a subjetividade na
280 avaliação. **9)** Quanto às avaliações de setores que não possuem
281 conselheiras/os na coordenação, informa que essas avaliações são feitas
282 pelos supervisores do setor. Novas manifestações do plenário: **1)** Questiona-
283 se, no sentido de transparência dos fatores de especificação dos critérios, o
284 que se quer entender por iniciativa e o que se espera nesse quesito. Há
285 questões palpáveis há serem analisadas, portanto, para cada item a ser
286 avaliado, deve ser especificado o que ele quer dizer. **2)** Questiona-se o que a
287 avaliação 'excelente' significa, assim como 'satisfatório'. Ter essas questões
288 esclarecidas dá respaldo maior para os avaliadores, assim, entende que
289 devem ser encaminhadas orientações para os avaliadores, ponderando que,



290 inconscientemente, podem ficar as últimas impressões sobre determinada
291 pessoa a ser avaliada. Assim como também há a questão das empatias e
292 simpatias dos avaliadores, ou seja, questões pessoais que acabam
293 interferindo no processo. **3)** Pontua que todas essas questões precisam ser
294 passadas para os avaliadores. **4)** Entende-se que o avaliador nunca deve
295 fazer sozinho, o funcionário deve se auto avaliar também. **5)** Questiona-se o
296 quanto, nos últimos 02 anos, a progressão do PCCS impactou na folha de
297 pagamento. O gerente geral, Diógenes Pepe, informa que, em média, o
298 impacto foi de 2% no ano. O aumento de 5% sobre o salário nominal incide
299 também sobre os benefícios. Vinicius Cesca de Lima explica que os dois
300 parâmetros são fixos. O número de pessoas que receberão esse aumento
301 pela avaliação representa uma cota. O percentual aplicado também é fixo,
302 ainda que não permita definir com exatidão o valor que estes 5%
303 representarão ao final, pois depende dos salários dos funcionários que serão
304 contemplados, a variação entre o valor mínimo e máximo é uma faixa
305 razoavelmente estreita. Compartilha da preocupação que se tem sobre o
306 processo, pois mesmo se tratando de um instrumento único e critério
307 operacionalizado, muita gente cria-se vieses na avaliação. Assim, o maior
308 esforço de alinhamento dos conceitos e dos procedimentos é fundamental e
309 contribui para o processo geral. Relata ainda que se está em fase de
310 transição da avaliação de desempenho, e a utilizada atualmente deve ser a
311 última nesse formato. Haverá um novo desafio, em breve, que é o novo
312 instrumento de avaliação no PCCS, que já está aprovado, mas que ainda
313 não foi implantado. Relata que esse processo será absolutamente diferente,
314 tem outra lógica. Dessa forma, entende que quando se abrir esse
315 instrumento novo, é possível aprofundar o debate na lógica do alinhamento,
316 do conceito, do procedimento. O conselheiro secretário, Rodrigo Toledo,
317 defende a proposta de que nas subsedes o processo possa ser feito de
318 forma colaborativa, envolvendo toda a equipe. Mais considerações do
319 plenário: **1)** Entende-se que a construção do processo de avaliação das
320 gestantes será debatido em outro momento. **2)** Enquanto conselheiro e
321 coordenador da subsede por fazer avaliação, tendo uma questão que
322 ocorreu no processo de gestão e que vai impactar na avaliação da
323 trabalhadora, entende ser responsabilidade da Diretoria. O debate sobre
324 esse ponto vai impactar diretamente no processo institucional de uma
325 trabalhadora, com questões que inclusive foram advertidas anteriormente
326 pelo plenário e pela subsede em relação ao processo de interiorização que



327 estava em curso. **3)** Levanta-se dúvida quanto ao momento de transição,
328 pois a primeira avaliação foi feita há dois anos, na subsede de Assis. As
329 funcionárias não entraram na avaliação do ano passado. **4)** Levanta-se
330 dúvida também com relação a esta transição de instrumento de avaliação do
331 PCCS. Luiz Carlos Francisco Júnior explica que o funcionário contemplado
332 nos 20% do quadro de funcionários que terá progressão, no ano seguinte
333 não poderá receber. Somente dois anos depois. Informa que pode montar
334 uma tabela com as possibilidades para ser contemplado e encaminhar para a
335 Diretoria, para encaminhar às subsedes. **Encaminhamento:** O setor de
336 Recursos Humanos montará uma tabela para auxiliar conceitualmente os
337 critérios, que será encaminhada para o conselheiro secretário, Rodrigo
338 Toledo. O envio ao plenário será feito pelo conselheiro secretário. **1.3)**
339 **Acordo Coletivo de Trabalho 2017 do CRP SP** - Rodrigo Toledo informa
340 que o Acordo Coletivo de Trabalho do CRP SP para o período de maio de
341 2017 a abril de 2018 foi fechado. Vinicius Cesca de Lima conta sobre a mesa
342 permanente de negociação com o CRP e o Sinsexpro - Sindicato dos
343 Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e
344 Entidades Coligadas no Estado de São Paulo - e foram realizadas diversas
345 reuniões ao longo do ano para tratar de questões relativas às condições e os
346 processos de trabalho. A dinâmica sempre é o Sindicato encaminhar uma
347 proposta para o Acordo e, a partir disso, são feitas diversas rodadas de
348 negociação. Informa que, ao final da negociação, as cláusulas econômicas e
349 sociais foram mantidas, com alguns acréscimos. Houve reajuste salarial que
350 contemplou a variação inflacionária pelo índice do INPC, indicador mais
351 favorável no período. O maior dos índices representou 3,99% da inflação.
352 Além disso, ficou acordado aumento real de 1,5%. Assim, o total de aumento
353 foi de 5,5%. Para o vale refeição, o reajuste foi percentualmente maior, por
354 volta de 6,5%. Outra demanda trazida pelo Sindicato dos trabalhadores foi de
355 abrir a opção das/os trabalhadoras/os de receberem os vales alimentação e
356 refeição em pecúnia, não apenas no cartão, o que também foi acordado.
357 Outras pautas permanecerão em debate nas mesas de negociação. Rodrigo
358 Toledo destaca, até pela fala do Sindicato, que se trata de um acordo bem
359 interessante para as/os trabalhadoras/res. Rodrigo Toledo agradece à
360 comissão de negociação por realizar o acordo de forma rápida e satisfatória.
361 **1.4) Participação / Nomeações / Assessoria Técnica nas Plenárias**
362 **Éticas e de Julgamento** – Bruna Lavinias Falleiros recorda que é importante
363 a nas plenárias éticas, e convoca o plenário para se inscrever para



364 comporem o quórum das plenárias. Faz a leitura então do documento
365 preparado para este informe, a respeito da Participação e Nomeações nas
366 Plenárias Éticas e sobre a Assessoria Técnica – Plenárias Éticas e de
367 Julgamento. *“I - Participação Mínima: 1 a cada 3 Plenárias Éticas e de
368 Julgamento - Conforme email enviado pela Coordenadora Técnica Interina -
369 COTEC da Comissão de Ética em 07/10/16, constitui atribuição regimental
370 das/os Conselheiras/os a participação em Plenárias Éticas e de Julgamento.
371 A Lei 5.766/71 criou o Conselho Federal e Regionais de Psicologia com a
372 finalidade de fiscalizar, orientar, disciplinar e zelar pela ética no exercício
373 profissional do psicólogo. O Art. 9º “d” da lei diz que uma das atribuições dos
374 Conselhos Regionais é funcionar como tribunal regional de ética profissional.
375 A responsabilidade sobre a tramitação de processos não é apenas da COE,
376 mas de todo o Plenário. O CRP recebe anuidades com caráter de imposto
377 para cumprir a finalidade prevista em lei. O não cumprimento pode gerar
378 prescrição processual e ensejar acusação de crime de responsabilidade.
379 Considerando que temos atualmente 28 (vinte e oito) Conselheiras/os
380 ativas/os, que o quórum mínimo para a Plenária Ética e de Julgamento é de
381 9 (nove) Conselheiras/os, é necessário que cada um compareça NO MÍNIMO
382 em 1 a cada 3 Plenárias. Um número maior é recomendável, mas, sem o
383 quórum mínimo, não é possível realizar uma Plenária. Na Plenária
384 Pedagógica ocorrida em 21/10/16 foi mencionada a participação mínima. A
385 COE também circula em todas as Plenárias Ordinárias, uma pasta rosa
386 contendo a ‘Escala de Participação em Plenárias Éticas e de Julgamento’,
387 em que consta: ‘GENTILEZA ANOTAR SEU NOME NOS DIAS QUE
388 PODERÁ COMPOR O QUÓRUM MÍNIMO: 1 a cada 3 Plenárias (Éticas e
389 Julgamento), Quórum para Plenária: 9 a 15 Conselheiros, Guilherme (COF):
390 não pode vir em dias em que serão apreciados Ex Officio.’. Quando não é
391 possível compor o quórum com as anotações na pasta rosa, são feitas
392 convocações pela COE e/ou Diretoria. As convocações da COE podem ser
393 enviadas tanto pela COTEC quanto pelos Assistentes Administrativos-ADMs.
394 No momento a COE-Sede tem 41 Comissões de Instrução a tramitar, os
395 ADMs estão trabalhando no limite e a COTEC tem organizado o quórum para
396 que os ADMs possam focar nestas outras questões. Reiteramos que a
397 participação em Plenárias Éticas e de Julgamento é atribuição obrigatória e
398 necessária às/aos Conselheiras/os. Temos um acúmulo de processos para
399 apreciação (atualmente 32 Pareceres PDE, 9 Reconsideração e 9
400 Julgamento), e não podemos deixar de realizar as Plenárias. A baixa*



401 *participação de um Conselheiro sobrecarrega os demais. Além disso, a não*
402 *realização de Plenária por falta de quórum pode fazer com que processos*
403 *sejam prescritos. Acrescentamos que é de responsabilidade de cada*
404 *Conselheira/o organizar a sua agenda. As atividades fim do Conselho têm*
405 *prioridade sobre as demais, e antes de assumir outro compromisso, é*
406 *necessário verificar se não conflita com as datas de Plenária Ética e de*
407 *Julgamento. Não compete à COE cruzar agendas e compromissos dos*
408 *conselheiros, verificar presenças informadas ou lembrá-los de outras*
409 *atividades assumidas. A organização do transporte também deve ser feita de*
410 *maneira antecipada, de forma a garantir estarem aqui no dia/horário*
411 *estabelecido e atender ao princípio da economicidade. Na eventualidade*
412 *da/o Conselheira/o precisar sair do quórum após assumir o compromisso, a/*
413 *o Conselheira/o deverá buscar outra Conselheira/o que possa substituí-la/o.*
414 *Como já adiantamos na plenária passada, no segundo semestre deste ano,*
415 *para dar conta da demanda, serão necessárias mais Plenárias. Atendendo a*
416 *diversas solicitações de Conselheiras/os que alegavam não poder*
417 *comparecer em horário comercial, foram agendadas Plenárias aos sábados.*
418 *Nas Plenárias bimestrais aos sábados precisaremos de um mínimo de 18*
419 *Conselheiras/os. A lista do quórum está disponível no Google Drive e é*
420 *possível às/aos Conselheiras/os fazerem comentários. As respostas às*
421 *convocações poderão ser enviadas por email ou por comentários no Google*
422 *Drive. II – Resposta às Propostas de Nomeações - A distribuição de*
423 *relatórios de Julgamento e de Reconsideração também é feita*
424 *equitativamente entre as/os Conselheiras/os. A lista de distribuição está*
425 *disponível no Google Drive. A COTEC-COE envia por email a cada 2 meses*
426 *às/aos Conselheiras/os a proposta de nomeações. Este procedimento é feito*
427 *para evitar que, após nomeada/o, a/o Conselheira/o alegue a impossibilidade*
428 *de apresentação do Relatório na data indicada. Solicitamos encarecidamente*
429 *que sejam enviadas as respostas no prazo indicado. Destacamos que, na*
430 *ausência de resposta, as nomeações serão realizadas. E, uma vez*
431 *nomeados, fica difícil ser renomeado. As nomeações muitas vezes são feitas*
432 *em um mês para apresentação no mês subsequente, dificultando a*
433 *renomeação em Plenária. III – Envio Para Assessoria Técnica: 5 Dias Úteis -*
434 *Reiteramos o pedido para entrega dos relatórios para assessoria técnica com*
435 *no mínimo 5 dias úteis de antecedência à data da Plenária. Trabalhamos*
436 *com quadro enxuto de Assistentes Técnicas e temos que pensar nos*
437 *processos de trabalho e na saúde da/o trabalhadora/trabalhador. O envio*



438 *com atraso resulta também em prejuízos à/ao psicóloga/o, pois a Assistente*
439 *Técnica - AT assessora outros relatórios ao mesmo tempo, acaba tendo que*
440 *realizar a atividade às pressas e não tendo tempo hábil para fazer as*
441 *consultas necessárias à legislação, jurídico e outras. Além do que realizar*
442 *sucessivas cobranças atrapalha o andamento dos trabalhos das ATs.”*
443 **Considerações do plenário:** 1) Apresenta-se dúvidas em relação à
444 participação nas plenárias. 2) Agradece-se a construção do texto e comenta-
445 se sobre as dificuldades para realização de plenárias, por conta de outras
446 atividades do CRP SP, que acabaram sobrecarregando as/os
447 conselheiras/os. Assim, entende-se importante divulgarmos o documento na
448 lista de e-mails, para que todos se apropriem. 3) Solicita-se que os dados
449 sejam apresentados, para discussão. 4) Questiona-se, ainda, se em caso de
450 omissão ou ausência injustificada está prevista alguma ação do plenário ou
451 se teremos que construir. Bruna Lavinias Falleiros informa que é necessário
452 construir. Há questões compreensíveis, mas outras que tem ocorrido que
453 parecem negligência em relação à função. Compreende que algumas/uns
454 assumiram outras responsabilidades e tarefa também é compreensível, mas
455 sabendo e levando em consideração as prioridades com as plenárias.
456 Vinicius Cesca de Lima defende que as participações de conselheiras/os nas
457 plenárias éticas e de julgamento seja disponibilizado no Google Drive, para
458 acompanhamento. Aponta que a própria legislação traz a necessidade de se
459 executar essa tarefa que é atividade fim do CRP, e, portanto, não podemos
460 deixar de fazê-la para realizar uma função meio. Ou seja, embora a pessoa
461 esteja realizando uma ação pelo CRP, não configura como justificativa e,
462 inclusive, pode configurar como improbidade administrativa. Pontua que,
463 regimentalmente, as justificativas são aprovadas, mas o plenário pode
464 discutir a questão. O plenário manifesta dúvida: serão realizadas duas
465 plenárias no início do mês de julho e duas no final, totalizando quatro. Assim,
466 questiona-se se, caso alguém participe de uma plenária pela manhã e outra
467 à tarde, não precisará participar no restante do semestre, pois já foram
468 cumpridos os critérios mínimos. Bruna Lavinias Jardim Falleiros esclarece
469 que se pode se comprometer com além do mínimo, pensando que reflexo
470 isso teria no coletivo. É necessário pensar no individual, mas, principalmente,
471 no coletivo. Se for assim vamos ter dificuldade de encontrar quórum com
472 lotação nas primeiras e falta nas ultimas. Recorda-se que a realização de
473 plenárias aos sábados foi por solicitação do próprio plenário, em sua maioria,



474 motivado por questões de trabalho. A coordenadora técnica Luciana
475 Mantovani comenta que, até o momento, somente uma plenária foi
476 cancelada por motivo justificado. Comenta que no calendário foi definida a
477 realização de plenárias éticas em um sábado a cada bimestre para
478 contemplar uma maior participação das/os conselheiras/os. Segundo seu
479 entendimento, a lógica dessa cobrança deve ser a princípio de
480 responsabilização, e não de punição. Porém, além das cobranças internas, é
481 importante pontuar que o CRP está sujeito a cobranças externas, como das
482 partes processuais e ações judiciais. Acrescenta que, durante a gestão
483 passada, considerava-se o ideal de realizar julgamento com 15 (quinze)
484 conselheiras/os, para uma construção colegiada. É bom que a/o psicóloga/o
485 tenha sua demanda analisada pelo maior número de conselheiras/os. Há
486 algumas questões que são obrigatórias, por exemplo, em julgamentos éticos
487 é importante que esteja alguém da Diretoria e da Comissão de Ética na
488 mesa. Havendo impossibilidade, assume, conforme Regimento Interno, o
489 conselheiro mais idoso. No momento, há 09 (nove) ações judiciais em curso.
490 Bruna Lavinias Jardim Falleiros complementa que estamos em mudança de
491 paradigma devido à mediação, se trata de um momento de aprendizagem.
492 Assim, pondera que quanto mais as/os conselheiras/os puderem participar,
493 melhor para homogeneidade da forma que se lida com esses processos. O
494 ideal sempre é ter um número maior de quórum, para imprevistos não
495 influenciarem no resultado do processo. Reforça que não se trata de um
496 lugar de penalidade. A ideia é corrigir as questões de forma coletiva e que as
497 pessoas não entendam o processo, a participação é voluntária e o CRP não
498 é um lugar de penalidade. Mais considerações do plenário: 1) Questiona-se,
499 para organização prévia, sobre as plenárias aos sábados, se é possível a
500 participação em somente uma daquelas que ocorrerão em uma mesma data
501 ou necessário participar nos dois períodos. 2) Não é interesse do plenário
502 prejudicar ninguém. O plenário está no esforço de tentar acompanhar e
503 participar, mas há de ser compreensivo com aqueles que não puderem estar.
504 Relata-se que acontecem casos em que é necessário votar, assim como de
505 passar um pedido de reconsideração e ter que fazer voto revisor. Talvez
506 tenha que repautar por impedimento das pessoas que estão participando. 3)
507 Comenta-se que sempre ocorrerão contingências. A agenda de trabalho foi
508 complicada neste semestre e pondera-se que não se pode pensar em
509 trabalhar com quórum mínimo, é importante reorganizar as agendas para



510 evitar essa situação. Quanto a dúvida sobre a necessidade de participar das
511 plenárias, nos dois turnos, aos sábados, foi esclarecido que
512 preferencialmente sim, mas é possível a participação somente em uma
513 plenária. Vinicius Cesca de Lima relata que, aos sábados a plenária será
514 com 18 (dezoito) conselheiros/os, que se dividirão em dois grupos, mantendo
515 quórum de 09 (nove) em cada plenária, para ter um quórum qualificado.
516 Assim, serão dois grupos dentro da plenária que ocorrerá pela manhã e mais
517 dois grupos para a plenária que ocorrerá à tarde, ou seja, 18 (dezoito)
518 conselheiros/os de manhã e 18 (dezoito) para a plenária da tarde. Relata que
519 Regimento permite que haja mais que 15 conselheiros/os desde que se
520 tenha um número máximo de 15 (quinze) votos nestas Plenárias Éticas. É
521 possível o quórum da manhã ser diferente do da tarde, mas a margem para
522 possível substituição é muito pequena. Relata que o padrão de
523 representação *Ex-officio* movida pela COF, mas esta não é a única
524 possibilidade possível, qualquer conselheiro individualmente, assim como
525 qualquer instância do CRP SP, pode fazer uma representação *Ex-officio*.
526 Nesse caso, quem fez a representação não poderia compor o quórum, e não
527 somente Guilherme Rodrigues Raggi Pereira (presidente da Comissão de
528 Orientação e Fiscalização), por ser da Comissão de Orientação e
529 Fiscalização. Em regra, não é a COF quem é responsável pelo envio de *Ex-*
530 *officio*. Aristeu Bertelli da Silva coloca sua dificuldade de agenda, em razão
531 de seu trabalho. Participar de plenárias éticas é uma forma de poder cooperar,
532 mas que também é possível auxiliar fazendo as instruções de processo,
533 relatando que não se pode passar em plenária processos mal instruídos, com
534 falta documentação ou de informação. Assim, é necessário, cada vez mais,
535 qualificar a instrução de processos. Verificar a possibilidade de poder
536 trabalhar com o paradigma da mediação para evitar que processos tramitem
537 muitos anos no CRP. Imprevistos existem e estão além de possível controle
538 e comando e não é possível estar em dois locais ao mesmo tempo. Mas, são
539 prioritárias as ações ordinárias do CRP, em essência, da Comissão de Ética
540 e da Comissão Orientação e Fiscalização. Quanto mais conselheiros /os
541 participarem dos procedimentos de fiscalização, melhor. Ainda, o que
542 qualifica e vai ao encontro dessa qualificação, é a proposta da Comissão de
543 Direitos Humanos, que fará uma atualização ao plenário, gestores e
544 membros de núcleos, sobre DHs durante o próximo Fórum de Gestores, que
545 será realizado no próximo dia 24 de junho. Acha positivo que se tenha
546 retornado a realização de plenárias éticas aos sábados. Faz apelo para que



547 as/os conselheiras/os participem de todas as atividades que envolvem COE
548 e COF, como, plenárias éticas e de julgamento e fiscalizações. Vinicius
549 Cesca de Lima acrescenta que a responsabilização é coletiva, o CRP SP
550 deve dar conta dessas atividades e é importante que o plenário fuja da lógica
551 de individualização. Relata que, do ponto de vista da responsabilização,
552 cancelar uma plenária ética em razão de outras atividades, por falta de
553 quórum, não é algo justificável. Há prioridade explícita, inclusive do ponto de
554 vista dos princípios que regem a administração pública. A responsabilização
555 é coletiva, ainda que haja a possibilidade ou o desejo de um mecanismo de
556 punição da/o conselheira/o que não participou. Temos algo coletivamente
557 para discutir quando, por exemplo, uma pessoa participa de 30 (trinta)
558 plenárias e outra de 2 (duas) apenas. É necessário discutir se se está
559 encaminhando o melhor modelo de cronograma possível ou se há algum
560 problema. Se em 7 (sete) meses uma/um conselheira/o conseguir participar
561 de somente 2 (duas) plenárias, será necessário que discutir, entender e
562 avaliar. Bruna Lavinias Jardim Falleiros comenta que há assessoria para os
563 pareceres e, se os prazos forem respeitados, especialmente com
564 antecedência, com certeza os processos ficarão mais qualificados. É
565 importante ter a preocupação da mudança de paradigmas no processo de
566 implementar a mediação. A agenda que foi feita é somente para os próximos
567 meses e, talvez, mais para frente seja possível diminuir a quantidade de
568 plenárias, caso não tenha mais gargalos e, começando a trabalhar com
569 mediação, é possível também que o cenário se alterar. E, talvez em casos
570 específicos, teremos que avaliar a questão do quórum. Relata ainda que
571 nenhum outro CR tem o número de processos que há em São Paulo e
572 vamos criando possibilidades para dar conta, contando com respaldo
573 jurídico. Luciana Mantovani, coordenadora técnica, explicita, com relação aos
574 gargalos temos na apreciação de pareceres PDE, CI's que é concentrado em
575 três regiões Sede, Campinas e Sorocaba. Começamos ter um gargalo em
576 plenária, temos 3 (três) reuniões de COE na Sede e conseguimos apreciar
577 uma média de três pareceres em cada então são 9 pareceres, até a gestão
578 passada, estávamos tendo 15 pareceres apreciados por mês. Agora com o
579 incremento da regionalização, temos mais, Assis esta produzindo três
580 pareceres, Santos também três, em breve Bauru e Ribeirão Preto também
581 vão produzir pareceres. Em agosto estaremos capacitando Campinas e São
582 José do Rio Preto. Relata que, pela norma, qualquer conselheira/o pode
583 fazer uma representação, mas o combinado é que se concentre na/o



584 conselheira/o da COF, para evitar que uma pessoa que abriu a
585 representação participe do julgamento. Comenta que já houve histórico de
586 divisão de plenário, mas comenta que é necessário um número suficiente de
587 participantes para isso, pois não se pode ir contra as normas. Lembra que
588 o CPD será discutido pelo Sistema Conselhos. As propostas discutidas em
589 âmbito nacional são: (1) Da própria COE poder definir se vai instaurar ou
590 arquivar um processo em fase preliminar; (2) Diminuir o quórum para
591 plenárias éticas de 9 (nove) para 7 (sete) pessoas. Relata que são propostas
592 que ainda não foram aprovadas. A única decisão que há nesta fase é de
593 arquivamento, sendo que há a possibilidade de recurso junto ao Conselho
594 Federal. Portanto, não é uma decisão definitiva. Historicamente, 40% dos
595 processos são arquivados nesta fase, sendo que nada grave é arquivado
596 nesta fase. O quórum para julgamento é muito mais rígido, pois se decide a
597 cassação ou não do profissional, trata-se de uma decisão séria do Conselho.
598 E, muitas vezes, a decisão é desfavorável ao profissional, já o processo
599 preliminar de arquivamento é favorável ao profissional. Ambas são bem
600 diferentes é importante colocar isso. Relata que primeiro será solicitado um
601 parecer jurídico que será compartilhado com o plenário e, depois, encaminhado
602 para todas/os as sugestões e contribuições das subsedes que já tem reunião
603 de COE. Como nem todas as subsedes realizam reunião de COE, irá
604 encaminhar as sugestões de CPD já recebidas, para depois no GT nacional
605 debater. Relata ainda que há um grande trabalho administrativo demandado
606 quando para uma alteração de quórum, assim como das assessorias
607 técnicas, que é muito cansativo para uma única pessoa fazer. Pede atenção
608 do plenário, também, para os prazos. **1.4) Ações do CRP SP após a**
609 **intervenção policial na região da Luz (Cracolândia)** – Aristeu Bertelli da
610 Silva comenta sobre a ação do Governo do Estado e da Prefeitura no último
611 dia 21 de maio, na região da Luz. Durante a APAF, foi tirado posicionamento
612 do Sistema Conselhos a respeito dessa questão. Desde então, o CRP tem
613 tido uma quantidade inimaginável de atividades desenvolvidas. Destaca que
614 a Comissão Gestora Metropolitana, a Comissão de Direitos Humanos, o
615 Núcleo de Saúde e a Comissão de Comunicação tem ‘facilitado’ estes
616 trabalhos. Estão sendo realizadas conversas com o Ministério Público em
617 relação ao projeto ‘Redenção’. Tem sido sustentados os posicionamentos,
618 junto ao MP e à Defensoria Pública do Estado de São Paulo contrários ao
619 que foi feito na região. O requerimento que a prefeitura colocou para fazer
620 internação compulsória, prevendo busca e apreensão indiscriminada, foi



621 vencido com nosso subsidio - texto produzido pela CDH e pelo Núcleo de
622 Saúde. Atualmente, a Prefeitura teve que recuar em várias intensões que
623 tinha inicialmente, mas conseguiu avançar em outras, uma delas é o
624 lamentável uso do conveniamento de leitos em hospitais psiquiátricos. A
625 Prefeitura irá retomar o convênio com o Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora
626 do Caminho, com leitos no Hospital Cantareira e no Hospital São João de
627 Deus. O Hospital Lacan também esta sendo observado como possibilidade
628 de retaguarda. Atualmente, a *Cracolândia* está como um desenho
629 semelhante ao de um campo de refugiados. A situação é muito severa é a
630 Prefeitura e o Governo do Estado impedem que aquelas pessoas tenham
631 acesso ao mínimo, o que está causando sérios agravos de saúde para
632 muitas daquelas pessoas. A Prefeitura tem feito um grande esforço para
633 responder com a velocidade das redes sociais, ou seja, midiaticamente. Na
634 região, foram instalados contenedores para chuveiros e dormitórios e a
635 população da região e funcionários que atuam com essa população estão
636 sendo vigiados 24 horas por dia. O projeto Redenção até agora não foi
637 devidamente apresentado ao conjunto que este CRP SP integra e que conta
638 com a participação, também, do Ministério Público. Relata que foi possível
639 avançar em algumas ações. O CRP SP está compondo ações com o
640 Sistema de Justiça e outros conselhos, como Cremesp - Conselho Regional
641 de Medicina do Estado de São Paulo, Crefito - Conselho Regional de
642 Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região, COREN – Conselho
643 Regional de Enfermagem de São Paulo, CRESS - Conselho Regional de
644 Serviço Social de São Paulo. Destaca o interesse e cuidado do Crefito em
645 relação à pauta de defesa de direitos. A CDH e o NS devem ter informes
646 mais pormenorizados. A Comissão de Comunicação irá fazer a linha do
647 tempo da última ação de expurgo da Cracolândia. Faz um agradecimento ao
648 plenário, colaboradoras/res e trabalhadoras/res, sobremaneira àqueles que
649 compõem a CDH e o Núcleo de Saúde, que tem ofertado muito deste apoio
650 nestes últimos períodos. Considerações do plenário: 1) Comenta-se que o
651 CRP SP foi a primeira entidade a compor ações, já no dia seguinte a ação
652 policial na região da Luz. Pelas ações que vem fazendo, o CRP assumiu um
653 papel importante de protagonista na discussão. 2) O NS tem uma série de
654 questões para discutir, como a questão das internações que será uma
655 próxima ação do poder público. Construir estratégias para o enfrentamento e
656 trazer propostas e subsídios, conjuntamente a outros conselhos e entidades
657 de DHs e movimentos mais próximos à questão. 3) Ressalta-se a



658 importância que o plenário saiba que o CRP prontamente atendeu esta
659 questão e conseguiu agregar muitos parceiros. 4) Reafirma-se que esta
660 gestão esta sendo reconhecida como defensora de direitos humanos. 5) A
661 disputa do modelo do projeto para a região, que já havia sido superada, vai
662 ter que voltar a ser discutida, pois está-se falando de manicômios e a
663 implementação das comunidades terapêuticas. 6) Comenta-se que esta
664 dicotomia maniqueísta do modelo nunca foi superada. Havia uma
665 estruturação dos setores que historicamente começaram a perder influência
666 de ditar o modelo, influência econômica e poder. 7) Ressalta-se a
667 importância de as subsedes fazerem monitoramento em suas regiões, pois
668 grande parte das instituições desse modelo de acolhida e que estão
669 recorrendo a novos editais estão no interior do estado. Reforça-se a abertura
670 de leitos em Hospitais Psiquiátricos. 8) Há um problema histórico que sobre o
671 que fazer com as clínicas de internação, que estão sendo de alguma forma
672 valorizadas por esta gestão municipal e estadual. 9) Sugere-se a construção
673 do histórico sobre a Lei 10216/01 e encaminhar uma consulta fundamentada
674 ao Jurídico, para ter o respaldo para o não cadastramento de Pessoa
675 Jurídica. A sugestão é que se constitua um GT que conte com o Núcleo de
676 Saúde e Comissão de Orientação e Fiscalização, bem como com
677 conselheiras/os que acompanham a questão. 10) Indica-se a possibilidade
678 de realizada uma reunião no dia 13 de junho, para articular. 11) Retoma-se a
679 questão da regulamentação, da resolução, de pensar outros caminhos junto
680 aos outros conselhos. Colocar que o profissional não pode atuar nesse tipo
681 de instituição violadora de direitos, ou no limite, não realizar mais registro de
682 pessoa jurídica. 12) Na reunião do NS perceberam que as ações estão
683 expandindo para o interior. 13) Relata-se que o programa Redenção tem
684 uma relação estreita com o Recomeço, que é estadual. Dessa forma, as
685 Comunidades Terapêuticas estão proliferando por todo o estado. 14) Fala-se
686 que as ações realizadas para comemoração do 18 de maio, voltadas à luta
687 antimanicomial, foram muito significativas. 15) Do ponto de vista da
688 fiscalização, o CRP tem lidado com o debate sobre as Comunidades
689 Terapêuticas. 16) Comenta-se que há regulamentação recente, por meio de
690 Resolução da Secretaria Estadual de Assistência Social, que criou
691 classificação das comunidades de saúde e terapêuticas de assistência social.
692 Trata-se de uma situação muita cara para o núcleo de Assistência Social.
693 Assim, entende-se que é importante compor outros debates sobre o assunto.
694 Sobre outros encaminhamentos sugeridos que podem expressar na dinâmica



695 de fiscalização, complementa na direção de intensificar processos de
696 orientação e cadastro. 17) Relata-se que psicólogas/os são os principais
697 profissionais que trabalham em Comunidade Terapêutica e é necessário
698 pensar na forma como será feito o diálogo com essa/e profissional, na
699 perspectiva da orientação e de reafirmar princípios e projetos. 18) Importante
700 que as ações sejam pensadas junto, também, ao pessoal que atua com
701 formação. Pois há instituições cujos estágios são em instituições
702 manicomiais. Assim, deve-se ter em vista que nem todas/os que atuam no
703 campo da Saúde Mental dialogam com a perspectiva antimanicomial deste
704 Conselho Regional de Psicologia. Há pessoas que justificam falta de
705 conhecimento de que algumas práticas de trabalho configuram uma violação
706 de direitos humanos. Parte-se do princípio que se, durante o processo de
707 formação, essas questões não são debatidas, elas podem ser justificáveis.
708 Nesse sentido, retoma-se a indicação de convite à ABEP - Associação
709 brasileira de empresas de pesquisa, para compor o Núcleo de Saúde. 19) A
710 Comissão Gestora da Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte discutiu a
711 respeito da resolução e considerou-se importante avaliar de que forma outros
712 conselhos barram a possibilidade de que seus profissionais estarem
713 inseridos nestes espaços. 20) Entende-se importante o resgate da Resolução
714 produzida pelo CRP-MG sobre o assunto. 21) Devido aos reflexos que temos
715 em processos éticos e de julgamento a respeito de psicólogas/os que atuam
716 neste tipo de serviço, é essencial que se consiga construir um documento de
717 referência para a categoria sobre qual a atuação esperada dessas/es
718 profissionais em instituições asilares. 22) Comenta-se que a cidade de Rio
719 Claro sediará o encontro estadual da Luta Antimanicomial em dezembro.
720 Descobriu-se que uma antiga CT da região, com demanda de internação de
721 usuários da Cracolândia. Funcionárias/os do CAPS Ad foram
722 demandadas/os a fazerem intermediações. 23) Sobre os estágios em
723 Hospital Psiquiátrico, é importante o contato com o Ministério Público, com o
724 Conselho Estadual de Saúde e com a ABEP, para tentar alinhar. 24)
725 Comenta-se que há duas ações previstas no Planejamento Estratégico,
726 sendo uma de gestão da COF e outra do Núcleo de Saúde e que estão
727 previstas para começar este ano. **1.5) Transparência** – Vinicius Cesca de
728 Lima comenta que o prazo para implementar/regularizar o que estabelece a
729 Lei de Acesso à Informação (LAI) no Portal da Transparência era 28 de maio.
730 Desse modo, informa que já está no ar o novo Portal da Transparência, que
731 é unificado do CFP e dos CRPs. O endereço de acesso é



732 transparencia.cfp.org.br, sendo o link para acessar a área do CRP SP:
733 transparencia.cfp.org.br/crp06. Comenta-se a realização de três etapas: 1)
734 Disponibilizar as informações obrigatórias e mais recentes referente aos anos
735 de 2016 e 2017; 2) Incluir as informações obrigatórias mais antigas
736 referentes ao período de 2012 a 2015; 3) Incluir tudo aquilo que não é
737 obrigatório, mas que desejamos incluir. Relata que o Portal atende o que é
738 necessário do ponto de vista da transparência ativa – que deve estar
739 disponível independentemente solicitação - e passiva – que deve ser
740 disponibilizado caso solicitem. Relata que uma vantagem nesse Portal único
741 é que há uniformidade das informações no Sistema, porém ele se mantém
742 adaptável. Esse novo Portal atende ao necessário para acessibilidade e tem
743 versão para acesso mobile, além do acesso ao E-SIC (ferramenta de
744 solicitação de informação). Avalia como positivo o fato de o Portal Unificado
745 investir no detalhamento das informações, citando como exemplo que há
746 detalhamento dos pormenores de atividades realizadas, como o número do
747 cheque utilizado para realizar o pagamento. Da perspectiva de transparência
748 passiva, o Portal disponibiliza recurso de E-Sic. Do ponto de vista da lei,
749 qualquer pessoa interessada pode solicitar informações por qualquer meio
750 (e-mail, carta, etc.). A qualquer momento, qualquer membro do plenário pode
751 receber uma demanda para prestação de informações. A Legislação regula o
752 que deve ser feito. Assim, informa que as referências são a Lei 12527/11,
753 regulamentada pelo Decreto 7724/12, que inclui as autarquias públicas
754 federais. Algumas informações importantes: (a) Quem solicita, não precisa
755 justificar o pedido. A lei impede inclusive que o órgão pergunta por que o
756 requerente quer a informação; (b) quanto aos prazos, a informação já
757 disponível tem que ser disponibilizada de forma imediata. Tudo o que não
758 está disponível tem que ser produzido ou levantado. A Lei regulamenta prazo
759 de 20 (vinte) dias corridos para prestação desta informação, prorrogável por
760 mais 10 (dez) dias. Ou seja, o prazo máximo é de 30 (trinta) dias. Quanto as
761 categorias de sigilo das informações: Ultrassegreda - informações sobre o
762 Presidente da Republica, Ministros de Estado, entre outros; Segreda; e,
763 Reservada. Para atividade secreta, o prazo máximo de categorização nessa
764 categoria é de 15 anos e somente pode ser caracterizada pelo dirigente
765 máximo da entidade; para atividade reservada, o prazo máximo de sigilo é de
766 5 (cinco) anos e pode ser classificada por cargos de chefias, Diretoria,
767 Coordenações, Comissionados, sendo que a lei estabelece que em todos os
768 casos é possível recurso, inicialmente para dirigente da entidade e, caso



769 esse não atenda, cabe recurso ao Ministério da Transparência de Informação
770 e Controle sobre classificação sigilosa. A lei estabelece também o dever do
771 acesso à informação, de não se prestar a informação. Assim, não prestar a
772 informação no prazo estabelecido em lei, prestar informação incorreta ou
773 incompleta e omitir informações, ou, ainda, não informar no tempo
774 estabelecido, configuram crimes de improbidade administrativa, de
775 falsificação de documento público e/ou falsidade ideológica, nos termos do
776 art. 297 e 299 do Código Penal. Do ponto de vista da transparência ativa, é
777 este processo de estruturação gradual. Sugere ao plenário que conheça a
778 ferramenta. As informações estão sendo incluídas gradualmente e já estão
779 no ar. O conselheiro presidente, neste momento, às 13h, suspende por uma
780 hora as atividades da plenária para almoço. Às 14h18 reinicia-se a sessão
781 plenária. **II) OUTROS INFORMES – 2.1) Avaliação Psicológica de**
782 **Trabalhadores Segundo as Normas Regulamentadoras 33 e 35** - Maria
783 das Graça Mazarin de Araújo comenta que estava pautado como ponto de
784 discussão, mas se tornou um informe, pois é fundamental que as/os
785 conselheiras/os estejam cientes do que acontece. Oportunamente, trará mais
786 informações a este plenário. Relata que as Normas Regulamentares existem
787 para instruir, não somente em relação aos cuidados no trabalho, mas
788 também a fim de proteger a saúde do trabalhador. Desde 2006, há a NR 33,
789 que é uma norma regulamentar a respeito do espaço confinado, e por conta
790 desta NR foi utilizada pela primeira vez a avaliação psicossocial. Depois, a
791 exigência desta avaliação também para outras NRs, como a 35, para quem
792 trabalha em altura e para as NRs 34 e 20, sobre as condições do meio
793 ambiente para quem trabalha na indústria da construção e reparação naval e
794 para trabalho com líquido e combustível inflamáveis. Está sendo exigida uma
795 avaliação psicossocial do trabalhador que vai para estes espaços, por conta
796 das condições serem muitas adversas e que requerem um perfil de modo a
797 não expor este trabalhador a riscos. E esta avaliação psicossocial é feita por
798 profissionais psicólogas/os que ainda não sabem com exatidão como
799 proceder. O Núcleo de Psicologia Organizacional e do Trabalho trouxe esta
800 demanda, pois foi notado que o questionário utilizado para a avaliação
801 psicossocial é leigo, e os médicos estão reconhecendo como válido e dando
802 aval para o trabalho. Como exemplo de questões do questionário: se a
803 pessoal tem algum problema psiquiátrico, se já teve convulsões, se ingere
804 bebidas alcoólicas. Ou seja, é bem raso e está sendo aceito como avaliação
805 psicossocial. O Núcleo representou o CRP SP no Encontro de Avaliação



806 Psicossocial, e disseram que a empresa Vetor está estudando e lançando
807 um instrumento a este respeito, por isso se trata de um informe, assim, será
808 feita a verificação e, após, trazer mais informações à plenária, para verificar
809 como o CRP proceder em relação a isso, se entrar em contato com as/os
810 Psicólogas/os, conversar com o Conselho de Medicina ou denunciar para
811 secretaria do trabalho, etc.. **III) APROVAÇÃO DAS ATAS 1960^a (10/03/17),**
812 **1964^a (18/03/17), 1968^a (08/04/17) e 1973^a (13/05/17)** – O conselheiro
813 secretário Rodrigo Toledo comunica que foram encaminhadas atas das
814 Plenárias 1960^a, de 10 de março de 2017), 1964^a, de 18 de março de 2017),
815 1968^a, de 08 de abril de 2017) e 1973^a, de 13 de maio de 2017 para leitura e
816 consideração do plenário. Relata que a ata da Plenária 1960^a foi
817 encaminhado somente na última semana, mas como se tratou de uma
818 plenária realizada de forma fechada, com as discussões em sigilo, entende
819 que não haverá problema para aprovar já nesta plenária. Considerações do
820 plenário: 1) Solicita-se que a ata da plenária 1973^a seja remetida a próxima
821 plenária ordinária, para aprovação, para que haja mais tempo hábil para a
822 leitura do pleno. 2) Indica-se que a minuta da plenária 1964^a já havia sido
823 encaminhada e algumas/uns conselheiras/os encaminharam sugestões de
824 alteração, após contempladas as alterações, a minuta foi novamente
825 encaminhada para o pleno. As/os conselheiras/os que solicitaram alterações
826 informam que foram contemplados. **Encaminhamento:** O plenário aprova as
827 atas das plenárias 1960^a (10/03/17), 1964^a (18/03/17) – com alterações - e
828 1968^a (08/04/17). A minuta da ata 1973^a (13/05/17), será repautada para
829 aprovação na Plenária Ordinária de 10 de julho de 2017. **IV) APRECIÇÃO**
830 **DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – Vinicius Cesca de Lima
831 submeteu ao plenário os processos de pessoa física e jurídica. inscritas
832 nesse CRP SP para aprovação. **Encaminhamento:** Foram subscritos os
833 seguintes processos: Pessoa Física - 498 (quatrocentas e noventa e oito)
834 Novas Inscrições; 249 (duzentas e quarenta e nove) Reativações; 06 (seis)
835 Inscrições Secundárias; 16 (dezesesseis) Inscrições por transferência; 72
836 (setenta e dois) cancelamentos a pedido; 03 (três) Cancelamentos por óbito;
837 36 (trinta e seis) cancelamentos por Transferência; 01 (um) Cancelamento de
838 Inscrição Secundária. Pessoa Jurídica – 25 (vinte e cinco) registros; 11
839 (onze) cadastros e 09 (nove) cancelamentos a pedido, conforme folha anexa
840 que é parte integrante desta ata. Total geral de 926 (novecentos e vinte e
841 seis) processos apreciados. **V) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE**



842 **ESPECIALISTA** – O Plenário tomou conhecimento da relação de psicólogas
843 (os) para aprovação do título de especialista. **Encaminhamento:** Na
844 modalidade Cursos Credenciados deferiu-se 16 (dezesesseis) na área de
845 Psicologia do Trânsito, 09 (nove) em Psicologia Clínica, 03 (três) em
846 Neuropsicologia. Na modalidade Cursos Instituição de Ensino Superior
847 deferiu-se 01 (um) na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, 12
848 (doze) na área de Psicologia do Trânsito; 05 (cinco) em Psicologia Clínica, 01
849 (uma) em Psicologia Hospitalar, 03 (três) em Psicopedagogia, 01(um) em
850 Psicologia Social e 01 (um) em Neuropsicologia. Sendo assim, o total geral
851 de títulos de especialistas ratificados representa 52 (cinquenta e dois),
852 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **VI)**
853 **CRENCIAMENTO DE SITES** - Foram analisados 31 (trinta e um)
854 processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável a 21
855 (vinte e um) pedidos com protocolos: 606840398 (06/98759), 606641666
856 (06/127713), 206642458 (06/102800), 506641463 (06/102890), 006142470
857 (06/06/116324), 206242086 (06/131892), 106142621 (06/127588),
858 006339198 (06/106508), 406840498 (06/119258), 206441418 (06/96270),
859 306638542 (06/111067), 006442330 (06/96143), 006539171 (06/116339),
860 706642613 (06/4253), 706342685 (06/97645), 306142647 (06/131700),
861 606742265 (06/103638), 706540871 (5442/J 87993), 006514723 (06/59103),
862 437 (06/122045), 706142603 (06/126495). Concedeu parecer desfavorável a
863 03 (três) solicitações com os protocolos: 706437778 (06/93758), 806637345
864 (06/98186), 306434524 (06/127300). Concedeu parecer que não se aplica 04
865 (quatro) pedidos com protocolos: 006040725 (5869/J 88570), 006738895
866 (06/128111), 106842525 (06/119152) e 406535892 (06/110595). E
867 apresentou parecer de Cancelamento a 03 (três) pedidos com os protocolos:
868 706437778 (06/93758), 806637345 (06/98186) e 006738895 (06/128111),
869 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **VII) PEDIDO DE**
870 **INDEFERIMENTO DE PJ** – O conselheiro secretário Rodrigo Toledo informa
871 sobre o Parecer Sobre Pedido de Inscrição da Pessoa Jurídica “Associação
872 Promocional Sol Nascente”. De acordo com o Memo COF 055/2017, de 22
873 de maio de 2017, a “A Comissão de Orientação e Fiscalização recebeu o
874 *pedido de Inscrição de Pessoa Jurídica da “Associação Promocional Sol*
875 *Nascente” e, após realização de orientação presencial com a psicóloga*
876 *responsável técnica e fiscalização da empresa, RECOMENDAMOS a não*
877 *aprovação deste pedido de inscrição. Caso decidam pelo INDEFERIMENTO*
878 *submentemos a seguir a proposta de Parecer a ser apresentado em*



879 *Plenária*”, conforme folhas anexas que são parte integrante desta ata..
880 **Encaminhamento:** O plenário referenda o exposto, no sentido de
881 indeferimento da solicitação de registro de pessoa jurídica indicado. **VIII)**
882 **ASSUNTOS FINANCEIROS – 8.1) Informe financeiro** - O conselheiro
883 tesoureiro Vinicius Cesca de Lima apresenta ao plenário a posição financeira
884 do CRP SP neste momento: Saldo total em banco de R\$ 25.735.452,00
885 (vinte e cinco milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e
886 cinquenta e dois reais); sendo R\$ 25.704.461,00 (vinte e cinco milhões,
887 setecentos e quatro mil, quatrocentos e sessenta e um reais) aplicados em
888 CDB. Há o montante de R\$ 13.442.580,00 (trezes milhões, quatrocentos e
889 quarenta e dois mil, quinhentos e oitenta reais) reservado para compra de
890 imóveis e R\$ 1.031.123,00 (um milhão, trinta e um mil, cento e vinte e três
891 reais) reservado como verba de contingência. Relata que até o momento foi
892 arrecadado 63% do previsto para o ano, o que corresponde a R\$
893 24.562.325,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil,
894 trezentos e vinte e cinco reais). No período houve 4.149 (quatro mil, cento e
895 quarenta e nove) novas inscrições, 484 (quatrocentos e oitenta e quatro)
896 reativações e 2.255 (dois mil, duzentos e cinquenta e cinco) cancelados. **8.2)**
897 **Parecer da CACI sobre a Prestação de Contas de 2016** – Magna Barboza
898 Damasceno relata que anteriormente havia sido apresentado ao plenário o
899 parecer, de forma oral, da Comissão de Auditoria e Controle Interno a
900 respeito da Prestação de Contas de 2016. O Parecer já foi escrito e assinado
901 e, dessa forma, faz leitura do mesmo. Do Parecer da CACI: “*PARECER*
902 *CACI N° 001/2017 - A Comissão de Auditoria e Controle Interno do XV*
903 *Plenário (gestão 2016-2019) deste Conselho Regional de Psicologia da 6ª*
904 *Região teve seus membros nomeados no dia 28 de setembro de 2016. Neste*
905 *momento receberam como primeira tarefa realizar a apreciação da Prestação*
906 *de Contas referente ao ano de exercício de 2016, que seria posteriormente*
907 *remetida ao Conselho Federal de Psicologia. A referida comissão realizou,*
908 *durante os meses de gestão, estudo do organograma do Conselho Regional*
909 *de Psicologia de São Paulo e entrevistas com a equipe de Contabilidade,*
910 *Financeiro, Compras e Gerência Geral, para compreensão dos fluxos de*
911 *trabalho nesses setores. Além dessa atividade, foram tomadas amostras dos*
912 *processos de licitação, das peças contábeis presentes na Prestação de*
913 *Contas, do Sistema de Acompanhamento dos Centros de Custo Gerenciais*
914 *do CRPSP. Como base para comparação e análise, foram utilizadas as*
915 *normativas do Manual de Normas e Procedimentos Administrativos e*



916 *Financeiros do Conselho Federal de Psicologia e o Manual da Controladoria*
917 *Geral da União, disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União. Os*
918 *membros da Comissão de Auditoria e Controle Interno do Conselho Regional*
919 *de Psicologia da 6ª Região (CRP 06), conforme determina o Manual de*
920 *Normas e Procedimentos Administrativos e Financeiros do Conselho Federal*
921 *de Psicologia, Norma de nº 12, apreciaram os Relatórios Contábeis e*
922 *Financeiros, que integram a Prestação de Contas referentes ao período findo*
923 *em 31 de dezembro de 2016 e como resultado desta apreciação limitada*
924 *onde não se detectou fato relevante, encaminham para aprovação das/os*
925 *conselheiras/os do XV Plenário, a referida Prestação de Contas. Salientamos*
926 *a necessidade de continuar com a observância e ampliação dos mecanismos*
927 *de controle interno.”. Encaminhamento: Aprovado o parecer, conforme*
928 *apresentado. **8.3) Orientações Gerais sobre apoios e parcerias e***
929 ***atribuições das Subsedes** -O tesoureiro Vinicius Cesca de Lima comenta*
930 *sobre a ampliação da auditoria do Tribunal de Contas da União em*
931 *conselhos profissionais, que anteriormente não ocorria. Informa que uma das*
932 *questões que estão sendo mais verificadas é a forma como esses conselhos*
933 *transferem recursos. Estava sendo considerada a Lei 13.019/14, que, entre*
934 *outras coisas, versa sobre a forma de transferência de recursos públicos*
935 *para entidades da sociedade civil. Por essa lei, pareceu possível justificar os*
936 *apoios como fomento. No entanto, a Assessoria Jurídica que essa*
937 *regulamentação não se adequa a conselhos profissionais, pois sua atuação*
938 *não é na política pública. Informa que está sendo verificado com a assessoria*
939 *como deve ser. Por enquanto, o indicativo é de que não seria possível fazer*
940 *o que atualmente é feito como apoio. Ou seja, a impossibilidade de*
941 *fomentar/financiar ação de outra entidade, sem que o CRP SP participe da*
942 *atividade. Somente seria possível o que chamamos de parceria, que é a*
943 *construção conjunta de alguma atividade. Relata que a maior parte dos*
944 *apoios que estão sendo concedidos já segue essa lógica, ou já são*
945 *construídos como parcerias, ou quando chega o pedido de apoio o CRP*
946 *negocia de que seja uma atividade conjunta. Reforça que o diálogo com a*
947 *assessoria jurídica tem apontado que esse é único modo possível. É um*
948 *ponto importante ponto a ser auditado pelo Tribunal de Contas do Estado de*
949 *São Paulo. Considerações do plenário: 1) Se trata de uma reflexão bem*
950 *antiga. Lembra-se que há duas gestões atrás já havia a discussão sobre*
951 *pedir contrapartidas. Naquela época, foram estabelecidos alguns critérios no*
952 *plenário, como forma de garantir a participação do CRP nessas atividades.*



953 Relata-se que nem sempre era possível montar uma mesa ou um stand de
954 distribuição de materiais, mas era possível avaliar a atividade posteriormente.
955 2) Reforça-se a importância de se ter parâmetros, para que seja possível
956 avaliar. 3) Portanto, sugere-se a criação de parâmetros tanto para a
957 concessão, mas também para a avaliação dos impactos. 4) Solicita-se que a
958 tesouraria traga ao plenário informes sobre o diálogo com a assessoria
959 jurídica, para que seja possível acompanhar o trâmite e saber quantos temos
960 apoiado e quanto temos negado. 5) Questiona-se se há algum parecer do
961 TCU acerca da forma de funcionamento do CRP no que se refere à
962 alimentação. Pois, entende-se que em alguns contextos, prover a
963 alimentação traz a lógica do cuidado e acolhimento e é importante que seja
964 garantido. 6) Entende-se que a gestão desta autarquia é feita de maneira
965 correta e que é possível construir prerrogativas em cima do que é trazido
966 pelo TCU, como de construção de justificativas a respeito das escolhas que
967 se está fazendo que, inclusive, dialoguem com a legislação vigente. 7)
968 Propõe-se que se estabeleça um calendário de plantão das (os)
969 conselheiras(os) para receber as pessoas que entram em contato por e-mail,
970 para que haja uma proximidade e o contato não fique somente virtual.
971 Vinicius Cesca de Lima relata que somente o CRP do Rio de Janeiro passou
972 pela tomada de contas especial. Todos os CRs sempre tiveram parecer
973 favorável à prestação de contas, mas nunca passaram por uma auditoria
974 minuciosa. Relata que para outros conselhos profissionais que já passaram
975 por essa tomada de contas especial, a questão da alimentação sempre
976 apareceu. A questão da forma como avaliar os apoios concedidos é outra
977 questão problemática. A Resolução que versa sobre o assunto exige o
978 preenchimento e envio, por parte da entidade apoiada, de um relatório sobre
979 a atividade realizada. Porém, há fragilidade deste CRP nesse aspecto pois o
980 mais comum é que não encaminham e se trata de algo que é preciso
981 construir junto aos parceiros. Outra questão é o Planejamento Estratégico,
982 para o qual o CRP pode pensar quem ele gostaria que fossem os parceiros e
983 não apenas esperar que as demandas cheguem. Inclusive, porque as
984 demandas chegam de forma avulsa, e, dessa forma, há dificuldade de
985 compor o cenário de apoios e parcerias. Conta que a média é de chegada de
986 cerca de 3,5 (três e meia) solicitações de apoio por semana, sendo que a
987 maior parte chega mediada por núcleos ou comissões gestoras. Ressalta
988 que quando as propostas chegam sem serem mediadas, encaminha para
989 avaliação do núcleo relativo ao tema para o qual é solicitado o apoio e para a



990 subsede para onde é solicitado o apoio. Um tipo de apoio que recebemos
991 bastante demanda e que é bem específico é a solicitação de empréstimo do
992 auditório ou de sala para alguma atividade. Nesses casos, a avaliação é feita
993 pela diretoria e leva em consideração é se há algum impeditivo para sediar
994 um debate sobre algum tema. Nesse sentido, relata que se tem apoiado
995 inclusive debates que não dialogam com as convicções do plenário, desde
996 que não firam a ética profissional e, para aqueles que pedem a cessão de
997 espaço com frequência, temos feito o esforço para que o CRP esteja
998 presente. Pondera que é possível a construção de justificativas, mas não é
999 possível realizar pagamentos irregulares, exemplificando que o pagamento
1000 duplo de alimentação é irregular, embora seja bastante comum. Outro dado
1001 que pondera importante o plenário ter ciência é que o recurso que utilizado
1002 para apoios no ano é maior do que o utilizado para fiscalizações, que é algo
1003 que pode ser questionado pelo TCU. O indicativo é que se tenha mais
1004 atividades em parceria, portanto, é preciso pensar de quem o CRP deve ser
1005 parceiro. Mais considerações do plenário: 1) Entende-se importante ter esse
1006 debate, aprofundado e qualificado. Mas demonstra-se preocupação na
1007 construção que é feita. Faz-se apelo para que sempre se converse com a/o
1008 conselheira/o responsável, para explicar, nos casos de indeferimento. Ainda,
1009 que esse contato seja feito, preferencialmente, por telefone. Relata-se que,
1010 por exemplo, já houve uma discussão em plenária motivada por algo ocorrido
1011 em uma entrega de CIP. 2) Comenta-se que a Subsede de Campinas já foi
1012 questionada sobre uma atividade realizada em parceria com a Abrapso. E a
1013 questão que levanta é em relação a forma como foi feito o questionamento e
1014 não pelo questionamento em si. Relata-se que a subsede havia
1015 encaminhado a solicitação para a Comunicação, conforme havia sido
1016 indicado. Sobre o questionamento, foi feito um memorando de resposta pela
1017 subsede. Apela-se, contudo, que quando houve alguma questão originada
1018 devido à falta de informação de alguma/algum colega, que se entre em
1019 contato, visando minimizar os ruídos. 3) Relata-se que o trazido sobre
1020 realizar eventos em parceria é pertinente e que na subsede de Campinas
1021 havia um parceiro que somente convidava o CRP para a mesa de abertura
1022 mas que, após diálogo com a comissão gestora da Subsede, passaram a
1023 chamar para compor também os debates das atividades. 4) Registra-se que
1024 equívocos de leitura/interpretação ocorrem, mas o problema é quando se
1025 torna uma questão maniqueísta, sempre considerando-se tais equívocos



1026 como intencionais. O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva comenta
1027 que a discussão traz as formas distintas de ação, ponderando que se for
1028 entrar na forma mais formal para apoios e fomentos, o CRP lançaria editais
1029 para as pessoas se inscreverem, assim como fez a gestão anterior do CFP.
1030 Mas este CRP SP jamais utilizou esse método. Pontua ainda que se o
1031 dinheiro do CRP servir a uma atividade, é porque se trata de uma atividade
1032 que dialogo com o que o CRP entende e defende e, portanto, caberia
1033 também a participação do CRP nessa ação. Traz muito incomodo que o CRP
1034 seja visto somente como ordenador de despesas. Comenta sobre uma
1035 atividade para o qual o CRP foi demandado de apoiar, inclusive sendo
1036 cobrado retorno, mas que não foi chamado a compor a atividade. Havia a
1037 perspectiva de que seria algo construído em conjunto. Não parece
1038 interessante que o CRP somente financie, mas que não participe. Indica que
1039 a psicóloga Marisa Feffermann estava na construção desse evento e solicitou
1040 o apoio ao CRP SP e à Escola da Defensoria Pública do Estado de São
1041 Paulo, mas somente deu espaço na atividade para a Escola da Defensoria.
1042 Ainda assim, houve muita cobrança de retorno do CRP sobre o apoio. Assim,
1043 completa que, como ordenador de despesas cobrará que a fala do CRP seja
1044 contemplada na atividade. Novas considerações do plenário: 1) Sugere-se
1045 que se tenha como exemplo outros parceiros, como o Sindicato dos
1046 Psicólogos, que também tem essa política. Ainda, que talvez seja um olhar
1047 que o solicitante não possua. 2) Sobre o apoio mencionado anteriormente,
1048 que informaram ter sido encaminhado para a Comunicação, explica-se que a
1049 política de Comunicação do CRP SP não funciona da forma como se queria,
1050 naquela situação. Relata-se ainda que os funcionários do Departamento de
1051 Comunicação ficaram decepcionados quando viram as artes que foram feitas
1052 para a atividade em questão, uma vez que poderiam ter feito uma mais
1053 bonita. Reforça-se ainda que não havia problemática em relação ao mérito, o
1054 problema é a forma. Era possível ter feito uma arte melhor e esse tipo de
1055 situação traz impacto para a gestão interna. 3) Entende-se que é necessário
1056 um trabalho mais colaborativo e não há necessidade de tantos
1057 tensionamentos. 4) Evelyn Sayeg indica que, pela Comunicação, ainda não
1058 teve acesso ao memorando da Subsede de Campinas mencionado, mas
1059 pede que seja encaminhado a ela. Reforça ainda que tanto a Comissão de
1060 Comunicação quanto o departamento estão disponíveis para todos os
1061 setores, porém, deve-se seguir a política estipulada pelo plano da



1062 comunicação, que foi construído em conjunto com os trabalhadores do setor.
1063 5) Registra-se a importância de se ter claro o procedimento em relação às
1064 solicitações de apoio. 6) Sobre o apoio o qual o CRP SP foi cobrado retorno,
1065 relata-se que o caso foi discutido, a solicitante entrou em contato e foi falado
1066 como deveria ser feito, o que não foi cumprido. Não foi o CRP quem se
1067 recusou a dar aquele apoio, houve uma questão essa questão que não é
1068 responsabilidade do CRP. 7) Sobre a questão do apoio encaminhado à
1069 Comunicação, relata-se que não há necessidade de reparação com o setor.
1070 O memorando foi encaminhado à Comunicação e, inclusive, possui copia das
1071 mensagens. Está de acordo que as artes, se elaboradas pelo setor de
1072 Comunicação do CRP SP teriam mais qualidade as artes. 8) Ressalta-se que
1073 o grupo das/os conselheiras/os é um espaço que deve ser utilizado para o
1074 diálogo. Entendeu-se que essa questão extrapolava e, por isso, deveria ser
1075 discutido por todo o plenário. Reforça a importância de investir na
1076 coletividade. Vinicius Cesca de Lima pondera que pautou o tema, mas sem a
1077 intenção de esgotar a discussão. Há outras questões que precisam ser
1078 vistas, tanto de forma como de normatização. Relata que o tipo de solicitação
1079 de apoio mais comum é para lanche e transporte. Exemplifica que a
1080 Comissão Gestora Metropolitana encaminhou uma solicitação de apoio com
1081 o Fórum de Trabalhadores do Alto Tiête, que tinha um custo alto com lanche,
1082 mas que parecia algo fundamental para construção daquele espaço de
1083 convivência. Relata, porém, que é uma demanda que traz uma dificuldade
1084 operacional com as/os fornecedores. No que se refere ao custeio de
1085 transporte, nas cotações, muitos encaminham orçamentos que flertam com o
1086 clandestino. Como exemplo, cita caso de uma solicitação que envolveria
1087 cruzar várias cidades e uma empresa queria que fossem pagas diversas
1088 notas fiscais parciais, em vários desses municípios. Assim, se não houver
1089 antecedência no pedido, essas demandas não serão atendidas. Se for
1090 aprovado, a equipe de funcionários irá viabilizar, mas é muito complicado. Foi
1091 uma demanda dos próprios funcionários que não fossem concedidos esse
1092 tipo de apoio solicitado com curto prazo para providências. Em contrapartida,
1093 relata que o material gráfico é algo que consegue ser concedido mesmo com
1094 prazo muito curto, ao contrário de lanche e transporte. Rodrigo Toledo
1095 acrescenta que vários setores, como eventos, financeiro, secretaria e
1096 compras, são envolvidos nas demandas de apoio. Vinicius Cesca de Lima
1097 solicita que demandas que envolvam o setor de comunicação, sejam
1098 encaminhadas também à Comissão de Comunicação, para que possam



1099 fazer a gestão dos trabalhos. O CRP SP recebe muita demanda de
1100 construção de ferramentas de tecnologia da informação, muitos sites de
1101 entidades da Psicologia são construídos e centralizados no servidor do CRP
1102 SP. A Comissão de Comunicação apontou que um apoio aprovado nesse
1103 sentido geraria um trabalho grande para o funcionário do setor de
1104 Comunicação que é o responsável por essas demandas e que já possui
1105 outras nesse sentido. A Diretoria entende que deve ser realizada construção
1106 conjunta das atividades para as quais se solicita o apoio. Pondera que a
1107 estratégia de solicitar pareceres tem sido interessante e produtivo e é algo
1108 que qualifica o debate. Já houve casos em que os pareceres da subsede e
1109 do Núcleo foram muito distintos. A própria apresentação da gestão já
1110 anunciava que se fazia parceria com outras entidades. No final do ano
1111 passado, quando esta gestão assumiu, houve uma grande quantidade de
1112 pedidos de apoio para análise, pois a gestão passada resolveu não aprovar
1113 nada que ultrapassasse seu tempo de gestão, então, era uma media de 25
1114 (vinte e cinco) a 30 (trinta) apoios por semana. Devido ao grande volume,
1115 acabou gerando muito ruído, com algumas divergências, mas, para aquele
1116 momento era o possível. Indica que o que causa incômodo é que algumas
1117 questões, por mais que tenham sido esclarecidas e dialogadas, continuam
1118 acontecendo. Lembra sobre uma solicitação de apoio da ABEP -
1119 Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, que primeiro chegou uma
1120 divulgação colocando o CRP como apoiador e, depois, a solicitação de
1121 apoio. O interesse da Diretoria é fazer de forma mais dialogada possível,
1122 mas parece que, às vezes, quem está do outro lado não está aberto ao
1123 diálogo. Tudo que chegou de solicitação de apoio da ABEP, foi aprovado,
1124 mas é muito complicado receber algo como já dado como certo. Novas
1125 considerações do plenário: 1) Sobre o apoio da ABEP, informa-se que se
1126 trata de um atropelo da própria entidade, colocando o CRP como parceiro na
1127 divulgação. O arranjo para organizar a atividade era de uma semana,
1128 somente. Relata que tem uma prática de convites serem feitos por Ofício e,
1129 devido ao curto prazo, a Comissão Gestora da Subsede de Campinas alertou
1130 que não seria possível e eles, então, procuraram apoio de outra entidade. Foi
1131 uma atividade em que os coordenadores de curso não estiveram presentes,
1132 ou seja, com a Subsede ocorreu da mesma forma que com o pedido de
1133 apoio. 2) Relata-se que antes de encaminhar o Formulário de Solicitação de
1134 Apoio, sempre busca-se fazer a construção conjunta antes. A sensação que



1135 se tem é que não conseguem acompanhar após o pedido ser encaminhado à
1136 sede. Então, o parceiro fica esperando retorno e a Comissão Gestora fica na
1137 angustia sobre o que pode ser realizado. Vinicius Cesca informa que o
1138 trâmite das solicitações é o seguinte: a solicitação é recebida na Secretaria,
1139 que protocola e encaminha para a Diretoria. Quando o apoio já é mediado
1140 por algum grupo (Subsede ou núcleo temático), pede-se parecer do outro
1141 grupo envolvido. Algumas vezes, é necessário solicitar um orçamento, para
1142 ser possível deliberar. Relata que quanto mais instruída a solicitação vier,
1143 com parecer e orçamento, por exemplo, melhor. A maior parte das
1144 solicitações é respondida de forma muito rápida, em cerca de uma ou duas
1145 semanas. A respeito da dificuldade em se ter acompanhamento do
1146 andamento das solicitações de apoio, informa que o CFP está construindo
1147 um convênio com o Ministério do Planejamento e que, dentre outras coisas,
1148 será possível acompanhar os processos. O sistema em questão chama-se
1149 SEI e foi realizado um evento para apresentação desse sistema no CFP. Por
1150 ele, será possível acompanhar o andamento dos processos pela plataforma.
1151 Por enquanto, é possível verificar junto à Secretaria. **8.4) Diagnóstico sobre**
1152 **uso de taxi** – Vinicius Cesca de Lima relata que não apresentará o
1153 diagnóstico, mas proporá uma forma de deliberar. Relata que há
1154 preocupação com o volume de despesa com uso de taxi, sendo que se trata
1155 do meio de transporte mais caro utilizado. Em praticamente todas as regiões
1156 há convênios firmados com empresas que prestam o serviço de taxi. Há um
1157 tipo de utilização que é previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, para
1158 utilização das/os trabalhadoras/es do CRP SP, que, não podem se deslocar
1159 com veículos próprios. Informa que sua proposta é de enviar a análise
1160 realizada sobre a utilização do taxi pela gestão, por e-mail. No estudo,
1161 informa que já está identificado o tipo de uso, se para convidados, que inclui
1162 o uso para deslocamentos entre municípios, para e do aeroporto e outros;
1163 para a gestão (membras/os de comissão, membras/os de núcleos e
1164 conselheiras/os). Quando o uso do taxi por conselheira/o é feito de forma
1165 compartilhada com convidadas/os ou funcionárias/os, foi categorizado como
1166 uso por convidada/o ou funcionária/o. A preocupação é com o alto uso para
1167 atividades da gestão. Para a utilização feita pelas subsedes, há a
1168 discriminação da finalidade do transporte, pois no relatório encaminhado há
1169 essa informação. Já no uso feito na sede, não foi possível incluir essa
1170 informação, pois o volume é muito grande, e não havia esse dado
1171 previamente. Utilizou-se como base, para realizar o estudo, o segundo



1172 semestre de 2016 – o que contempla o período final da gestão passada e o
1173 início desta gestão. Inicialmente, apresentaria esse ponto pela leitura dos
1174 dados e tendo como objetivo pensar o que fazer com relação a isso. Entende
1175 que é possível construir alternativas para esse transporte, mas não traria
1176 nenhuma proposta ao plenário, apenas apresentaria os dados. Porém,
1177 propõe agora que os dados sejam repassados para o plenário por e-mail, e,
1178 em momento oportuno, se discuta a questão. Pontua que as subsedes de
1179 Assis e do Vale do Paraíba e Litoral Norte não possuem convênio com
1180 empresas de taxi e talvez a firmação de convênio faça com que os custos
1181 com esse uso reduzam. Considerações do plenário: 1) Importante que se
1182 considere também a projeção. Há um combinado nas subsedes,
1183 considerando as angústias das assistentes técnicas (ATs) com relação à
1184 interiorização, de que as comissões gestoras assumam algumas atividades,
1185 como fiscalizações, sem a participação de ATs. Nesse caso, o uso de taxi
1186 para a gestão aumentará. 2) Sobre a possibilidade de convênio com
1187 empresas de taxi na subsede de Assis, explica-se que não foi firmado devido
1188 a inexistência de empresa dessa natureza. 3) Considera-se que é possível
1189 que na Subsede do Grande ABC o pagamento do uso do taxi seja feito
1190 também através do uso do suplemento de fundo -“caixinha” - (dinheiro
1191 disponível em espécie na subsede), o que pode não ter sido contemplado no
1192 estudo. Dessa forma, questiona se esse dado deve ser levantado. Vinicius
1193 Cesca de Lima pondera que os cenários são muitos distintos de uma
1194 subsede para outra. O uso na sede é muito grande por parte das/os
1195 funcionárias/os. A ideia, com o estudo, é de pensar em alternativas, quando
1196 possível. Sobre a questão do uso pela gestão, devido ao processo de
1197 interiorização, entende que se trata da importância de que se considere a
1198 finalidade do uso, mais que o indivíduo que está fazendo a utilização do
1199 serviço. A respeito o uso do suplemento de fundos, indica que deve ser para
1200 uso emergencial e seu teto é de R\$ 200,00 (duzentos reais), assim, caso se
1201 trate de utilização de taxi para atividades programadas, não se deve realizar
1202 a utilização do dinheiro suplementar. Considerando que ainda será feita a
1203 leitura dos dados por parte das/os conselheiras/os, para posterior discussão,
1204 Clarice Pimentel Paulon sugere que esse ponto seja encerrado com esse
1205 encaminhamento. **Encaminhamento:** O diagnóstico sobre uso do taxi será
1206 encaminhado, por e-mail, a todas/os conselheiras/os, para que se apropriem
1207 anteriormente a discussão efetiva do ponto em plenária. O ponto será
1208 repautado na próxima plenária ordinária. **IX) ANALISE DE CONJUNTURA –**



1209 A mesa Diretora havia combinado que as/os conselheiras/os se indicariam
1210 para apresentação desse ponto na plenária seguinte. Nenhuma/um se
1211 indicou para este plenário, portanto, este ponto deverá ser repautado.
1212 Rodrigo Presotto se oferece para apresentar este ponto na Plenária Ordinária
1213 de agosto. **Encaminhamento:** O conselheiro Rodrigo Presotto apresentará o
1214 ponto “Análise de Conjuntura” na plenária de agosto. **X) PARTICIPAÇÃO DE**
1215 **COLABORADORES EM REUNIÕES DE NÚCLEOS E COMISSÕES NA**
1216 **SEDE** – Rodrigo Presotto informa que este ponto havia sido pautado em
1217 dezembro de 2016, quando ainda se estava no início do processo de
1218 organização dos núcleos. Em outras gestões, havia uma previsão de
1219 aquelas/es colaboradoras/es que quisessem poderiam participar dos
1220 núcleos. Assim, tinha uma ideia diferente para a configuração dos núcleos.
1221 No entanto, ao logo do tempo, a questão foi resolvida. Questiona se dentro
1222 da avaliação da comissão gestora também se está pensando em realização
1223 de reuniões ampliadas. Relata que em alguns momentos são convidadas
1224 pessoas de outras regiões, mas, foi paralisado no momento, por não
1225 conseguirem custear. Portanto, questiona se há algo pensado nesse
1226 sentido. Vinicius Cesca de Lima ressalta que nas últimas semanas a Diretoria
1227 solicitou informações das Subsedes para verificar como estão sendo
1228 organizadas algumas ações, como as atividades de descentralização de
1229 tarefas administrativas, como entregas de CIP. O prazo de resposta não foi
1230 cumprido e, somente agora, se foi completado o recebimento dessas
1231 informações. Há valor orçado para essas atividades, sendo que uma parte já
1232 foi utilizado. A expectativa é organizar conjuntamente para o próximo
1233 semestre, mas também pensar em uma dinâmica que sirva para o Plano de
1234 Ações do ano de 2018. As últimas respostas foram recebidas nas semanas
1235 em que esteve afastado devido ao nascimento de sua filha e ainda não
1236 conseguiu se atentar a esses dados. Adianta que será necessária conversa
1237 com as subsedes no intuito de pensar nessa organização. Considerações do
1238 plenário: 1) Relata-se que o ponto demorou a ser contemplado no plenário.
1239 Quando viu a pauta, havia compreendido que seria para pensar em formas
1240 de atuação. Assim, propõe que se leve às Comissões Gestoras e
1241 Coordenadoras/es de Núcleos, para que apresentem um levantamento de
1242 como tem sido a participação. Como uma forma de avaliar o que foi positivo
1243 nessas participações e o que há de proposta de melhorias para o próximo
1244 ano. 2) Relata-se que há uma questão com as reuniões à distância, para as
1245 quais tem-se utilizado internet ou telefone. Porém, se apresenta dúvidas com



1246 relação ao reembolso do custo com as ligações telefônicas e também
1247 pontua-se que há locais que a rede não tem sido suficiente para as reuniões
1248 on-line. É algo que vem causando questionamento das/os colaboradoras/es.
1249 Vinícius Cesca de Lima esclarece que a proposta de coletar dados com as
1250 subsedes é a mesma situação que trouxe anteriormente, que era de pensar
1251 e, junto com as subsede, fazer projeção dos dados levando em conta o que
1252 já foi gasto. E assim, pensar em como serão essas atividades. Há
1253 experiências muito diversas entre si e muitas regiões que não fazem ações
1254 no sentido da interiorização. A tentativa é que essas atividades ocorram em
1255 todas as subsedes. **XI) HORÁRIO DE TÉRMINO DA PLENÁRIA –**
1256 Considerando que atingiu-se o horário de 16horas e 30 minutos, entende-se
1257 que deve ser re combinado o teto de horário de término. A proposta é que o
1258 teto seja às 18 horas. Rodrigo Presotto solicita, uma vez que muitas/os
1259 conselheiras/os necessiram deixar a plenária às 17h, que seja apreciado o
1260 ponto de “Avaliação do Planejamento Estratégico”, seguido pelo ponto de
1261 Recomposições, e que se repaute a discussão “Avaliação do Processo de
1262 Trabalho dos Conselheiros”, para que não seja uma discussão esvaziada. O
1263 plenário indica, como outros pontos a serem priorizadas as discussões: 1)
1264 Coordenação dos Núcleos Territoriais; e, 2) Recomposições.
1265 Encaminhamento: O plenário acata que o horário de término da plenária seja
1266 às 18h. Os pontos a serem discutidos nesta plenária são “Avaliação do
1267 Planejamento Estratégico”, “Avaliação do Processo de Trabalho dos
1268 Conselheiros”, “Coordenação dos Núcleos Territoriais” e “Recomposições”.
1269 **XII) AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO -** Rodrigo
1270 Fernando Presotto relata que este ponto foi proposto logo após o fim do
1271 Planejamento Estratégico. A ideia era que o plenário refletisse como seriam
1272 as etapas. Estamos no meio do ano, e, portanto, o momento é de se pensar
1273 a construção do próximo Planejamento Estratégico. Portanto, agora há uma
1274 dupla tarefa de também pensar o próximo. A ideia era debater desde a
1275 construção da metodologia até sobre a forma de operacionalizar o que foi
1276 planejado. Entende que há uma dimensão, no exercício de fazer o
1277 planejamento. Em vários momentos, durante o PE, havia dúvida da própria
1278 metodologia. Portanto, entende que se trata de algo que se deve organizar
1279 melhor. Foi a impressão que teve ao coordenar um dos grupos e ficar, após o
1280 fim do trabalho de grupos, para compilar os dados com coordenadores de
1281 outros grupos. Cita que em determinado momento, se estava seguindo uma
1282 perspectiva e, a partir de um informe, mudaram a lógica do trabalho, e,



1283 depois, novamente ficaram sabendo que a forma como trabalhavam
1284 inicialmente era a correta. Ou seja, houve retrabalho. Assim, entende que
1285 deve ser repensada essa dinâmica de organização. Cita que houve outra
1286 questão no momento de compilar os dados, no sentido de se conseguir
1287 demonstrar às/aos colaboradoras/es que, de fato, a ação planejada foi
1288 contemplada no produto final do PE, apesar de não estar descrita,
1289 especificamente. Pontua que a perspectiva de fazer a avaliação tem a ver
1290 com fazer um novo planejamento, a partir de um passo a passo, para que
1291 resulte nas mesmas circunstâncias que foram diagnosticadas de que foram
1292 problemáticas no anterior. Entende que algo positivo do processo do PE
1293 foram as etapas construídas: houve inclusive retorno de uma funcionária
1294 administrativa nesse sentido, que nesse PE o plenário estava mais implicado
1295 e envolvido. Havia o costume de se contratar uma assessoria para auxiliar no
1296 processo de planejamento e coordenar os trabalhos. Assim, a participação
1297 das/os conselheiras/os nesse processo foi muito importante e estiveram
1298 implicados com as/os colaboradoras/es. Entretanto, questiona se em algum
1299 momento for necessário apoio profissional, onde entraria e de que forma
1300 apoiaria o grupo pensado o planejamento estratégico. Relata, ainda, que em
1301 alguns momentos sentiu dificuldade no sentido da centralidade das
1302 informações. Não sabe se alguma/um outra/o conselheira/o trará essa
1303 reflexão. Vinicius Cesca de Lima relata que havia uma dificuldade objetiva
1304 que era o problema de calendário. Foi feito o que é possível nesse contexto.
1305 A posse foi no final de setembro e o Plano de Ação de 2017 pronto tinha que
1306 ser entregue até o dia 31 de outubro de 2016. Isso foi feito com atraso,
1307 apenas no final de janeiro de 2017. Porém, entregar até o final de outubro é
1308 uma necessidade, pois o orçamento precisa ser aprovado no Sistema
1309 Conselhos, no caso, na APAF de dezembro. Não cumprir isso, implica outras
1310 questões. Uma delas é construir um instrumento que não corresponde ao
1311 que, de fato, se queria que fosse realizado. De alguma forma, foi isso que
1312 precisou ser feito, foi construída uma peça orçamentária e, somente depois,
1313 foi descrito o que seria feito com o recurso já alocado nas grandes áreas.
1314 Portanto, pode ser que a forma como os recursos foram alocados não fosse
1315 a mais adequada. O ideal é que o caminho fosse o inverso, mas foi feito da
1316 forma como é historicamente feito, mas que reverbera na hora de planejar as
1317 ações. Relata que as ações em janeiro foram paralisadas por não haver
1318 orçamento aprovado ainda. Porém, entende que um dos pontos mais difíceis
1319 já foi vencido, que é o Planejamento para toda a gestão, portanto, os



1320 próximos devem ser mais simples. Assim, entende um acerto a decisão de
1321 fazer um Planejamento Estratégico único e desdobrar em Planos de Ação
1322 ano a ano. O que foi feito no ano passado não precisará ser realizado
1323 novamente, pois já se definiu a arquitetura do planejamento, com os eixos,
1324 objetivos e metas. Relata que o processo realizado no último ano foi
1325 tumultuado, pois se trabalhou com prazos muito curtos para realizar coisas
1326 grandiosas. Seu entendimento é que existem vários elementos problemáticos
1327 no processo, que dialogam com o problema do prazo. Mas, enquanto aposta
1328 de se fazer um PE único para toda a gestão, considera que é algo que
1329 organiza os trabalhos no início do percurso da gestão e torna mais simples o
1330 decorrer desse percurso. O primeiro Planejamento Estratégico da gestão
1331 passada foi exaustivo e foi aprovado com 7 (sete) meses depois, ou seja, no
1332 final de maio ou começo de junho. Era algo que se procurou evitar e assim,
1333 tê-lo aprovado em um prazo razoável. Esse PE da gestão passada foi
1334 extremamente exaustivo e desdobrou em cerca de 700 (setecentos) centros
1335 de custo diferentes. As áreas técnicas do CRP, que dialogam com o Centro
1336 de Custo tiveram grande dificuldade em compreender a linguagem, que
1337 focava nas ações concretas e não nas áreas maiores, que se desdobram nas
1338 ações. Evitar isso também foi uma preocupação nesse processo. O XIV
1339 Plenário já havia apontado para uma estratégia de se realizar o PE bienal, e
1340 esta gestão busca fazer trienal, para não ter que repetir o processo ano a
1341 ano. Pontua que este ano haverá condições de se dedicar um tempo maior
1342 para construção do Plano de Ações 2018, pois, ao invés de reescrever o
1343 Centro de Custo, a partir do que já está pronto, pode-se avaliar o que deve
1344 ser alterado. Adianta que para o Planejamento Estratégico que será
1345 realizado neste ano, está pensando em duas tarefas: 1) Pensar em Planos
1346 de Ação para 2018 sem precisar fazer outras etapas, ou seja, sem consumir
1347 tempo; 2) Incorporar a dinâmica da construção das ações de forma
1348 descentralizada também para o orçamento. Foi algo que não se conseguiu
1349 operacionalizar para o PE 2017, mas que pode ser amadurecido e realizado
1350 no PE deste ano. Para isso, se definia um percentual do orçamento que será
1351 destinado pelas/os psicólogas/os da região. As ações feitas em caráter
1352 deliberativo, seria importante incorporar enquanto estratégica participativa.
1353 As deliberações do COREP provocam neste sentido, de ter uma dinâmica de
1354 orçamento participativo dentro do CRP SP. Talvez, na plenária de julho já
1355 discutir essas questões, do processo de planejamento, que é uma tarefa
1356 necessária para o plano de ação de 2018. E que gostaria de propor que ela



1357 fosse acompanhada de um orçamento participativo descentralizado.
1358 Considerações do Plenário: **1)** Indica-se que a sensação tida do PE é de que
1359 foi feito um planejamento que não deixou claro o que seria de fato realizado.
1360 Caso, fosse feito posteriormente, entende-se que haveria gerado menos
1361 conflito. Porém, o próprio processo foi responsável pela apropriação do
1362 plenário sobre algumas questões. Ao final, entende-se que os processos de
1363 PE são sempre confusos, mas, com o uso de algumas metodologias, pode
1364 deixar as pessoas mais apropriadas. Trata-se de um processo intenso e
1365 detalhado, embora seja generalista. A impressão é que será mais fácil de
1366 agora em diante e que o principal objetivo, de contemplar as diretrizes do
1367 COREP, foi cumprida. **2)** Pela Comissão de Processos Legislativos, se tem
1368 construindo de forma mais devagar, talvez por não ter se apropriado desde o
1369 início do processo. **3)** Na perspectiva da Comissão de Comunicação, seria
1370 necessário refazer algumas coisas. No momento, tem-se corrido atrás disso.
1371 **4)** Se trata de um plenário onde muitas/os nunca haviam sido conselheiras/os
1372 e algumas informações, somente conselheiras/os tem conhecimento. **5)**
1373 Indica-se que concorda-se com falar anteriores e que pode-se pensar, para o
1374 próximo PE, qual o produto que será tirado do plano anual e de que forma
1375 esse será operacionalizado. **6)** Como foi preciso pensar nas grandes
1376 diretrizes para todo o período de gestão, em contemplar as ações que
1377 traduzissem as deliberações do COREP, entende-se que essa parte ficou
1378 fragilizada. **7)** Relata-se que o último PE foi um aprendizado para os
1379 seguintes e, agora, será possível fazer de forma mais tranquila. **8)**
1380 Questiona-se sobre a formato do próximo PE, no sentido de que se organize
1381 o possível, com antecedência, para que no dia do PE haja mais tranquilidade
1382 e compreensão. Sabe-se que o ponto será trazido em plenária futura, para
1383 fazer esta construção, mas registra-se a importância de que se consiga
1384 construir a forma e antecipar essas coisas antes de chegar no PE. **9)**
1385 Considera-se que a forma como foi conduzida foi bastante confusa de se
1386 apropriar e compreender. Porém, tem dificuldade de entender falas de que foi
1387 difícil planejar, pois, pela COE, considerou a avaliação feita pela gestão
1388 anterior, que deixou muitas coisas apontadas, o que facilitou muito o
1389 processo. Relata-se que há um protecionismo do plenário no sentido de que
1390 não se pode criticar a gestão passada, mas o processo de avaliação que
1391 fizeram foi muito bom e fundamental para que pudesse planejar as ações da
1392 COE. Assim, sugere-se que o plenário faça leitura dessa avaliação. **10)**



1393 Sugere-se que o trabalho seja iniciado nos núcleos, para organizar as ideias
1394 e propostas e diminuir a ansiedade com o processo. Vinicius Cesca de Lima
1395 comenta que a principal oportunidade para estar juntos foram os três dias
1396 dedicados ao PE onde se desenhou o processo geral. As ações foram feitas
1397 de forma mais isolada e o ponto foi discutido em cerca de 1 hora e 30
1398 minutos, na Plenária Ordinária de janeiro. Ou seja, não houve momento de
1399 discutir as ações planejadas juntos. Sendo que a discussão em plenária foi
1400 voltada a uma ação (sobre a Caravana da Carta de Bauru) e que não havia
1401 sido localizada no Plano de Ações apresentado. Comenta que, para o
1402 processo de preparação, está pensando em um balanço do período, com o
1403 monitoramento e avaliação. Ou seja, verificar, dos objetivos da gestão, o que
1404 se avançou. É algo que é importante que seja compartilhado nos 3 dias.
1405 Ainda, que pelo Centro de Custo é possível ver que há ações que ainda não
1406 foram iniciadas e, talvez, seja um reflexo da ausência de discussão conjunta
1407 sobre a alocação dos recursos. Assim, cada unidade precisa fazer seu
1408 balanço e, depois, compartilhar para realizar um balanço em conjunto.
1409 Também, têm a tarefa de pensar nas propostas, ou seja, fazer de forma
1410 descentralizada antes do PE. Este ano, propôs o orçamento livremente,
1411 construiu centro de custo, mas verificou que faltava recurso para realizar
1412 todas as ações planejadas e o plenário realizou um corte de verba para
1413 algumas ações, para poder contemplar outras de forma aleatória. Porém,
1414 isso, evido ao calendário que se tinha, tendo inclusive paralisado as ações
1415 em janeiro. Ressalta que o principal já foi realizado, qualquer realocação ou
1416 corte de recursos, assim como inclusões de ações, deve ser feito
1417 conjuntamente. Porém, agora será possível ocupar os três dias do
1418 planejamento para realizar uma discussão com mais qualidade e avançar na
1419 construção do Plano de Ação, que ficou prejudicado. Novas considerações
1420 do plenário: 1) A gestora Mariane Capellato Melo vê como positivo que se
1421 está podendo discutir acerca desse assunto, para, inclusive, pensar em
1422 estratégias para que as coisas aconteçam de forma mais participativa. Há
1423 coisas que demandam tempo é trabalhoso estruturar, mas acha que foi muito
1424 bem feito. Porém, há coisas que ficaram atravancadas por se tratar de um
1425 processo novo. 2) Por mais que tinha um planejamento organizado, havia a
1426 necessidade de que os núcleos comesçassem a atuar. E, a partir disso,
1427 pensar como realizar as ações. 3) Entende-se que um desafio grande que foi
1428 cumprido e se trata de um dificuldade articular tudo isso, pois se tratava de



1429 algo novo tanto do ponto de vista da gestão como dos funcionários. Vinicius
1430 Cesca de Lima comenta que precisa de diálogo até mesmo para se entender
1431 como será feito e como fazer as ações serem realizadas. A visão que precisa
1432 ser dada prioridade às tarefas organizativas. Mas havia a ansiedade de
1433 iniciar logo as ações, porque as pessoas na gestão sempre começam com
1434 muito gás, mas foi preciso um tempo para organizar as ações. Comenta que
1435 há um movimento que é cíclico: no primeiro ano, as ações políticas são
1436 realizadas de forma mais lenta; no segundo ano, as coisas deslancham, é
1437 quando a maior parte das ações são feitas; e, aquilo que não foi, ao menos,
1438 iniciado no segundo ano, não é mais feito no último ano, devido ao fim de
1439 gestão. Mas, no último ano, o processo de fechamento das coisas ocorre de
1440 forma muito alta. É um movimento compreensível. Do ponto de vista
1441 institucional, o que precisava ser feito para o PE, já foi feito. As ferramentas
1442 já foram criadas. A expectativa é que as coisas acelerem para o próximo ano.
1443 Pede que todas/os olhem para o Plano de Ação de 2017, porque agora fica
1444 mais real e claro, sobre o que não daremos conta de fazer, sobre o que não
1445 dá para fazer neste momento e o que estamos preparando o caminho para
1446 que seja possível fazer no próximo ano. Rodrigo Presotto retoma que as/os
1447 psicólogas/os das regiões, que são as/os colaboradoras/es tem essa
1448 demanda, de que a etapa que é feita em São Paulo, tenha uma prévia nas
1449 regiões, no sentido de que se priorize aquilo que está planejado na região.
1450 Entende como algo importante, pois traz a visão crítica de que também
1451 querem estar envolvidos no processo. Por isso sugere a metodologia de que
1452 não se tenha somente uma etapa única. Pensar na linha do que se pensou
1453 anteriormente, de fazer etapa prévia. Vinicius Cesca explica que essa é a
1454 proposta que apresentará, de se fazer esta etapa prévia descentralizada de
1455 balanço e preposições e, depois, a etapa centralizada que será muito mais
1456 simples, onde, se compartilhará o balanço feito e discutirá com todo mundo o
1457 que está sendo proposto. **XIII) COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS**
1458 **TERRITORIAIS** – Bruna Lavinias Falleiros pontua que em discussão com o
1459 grupo que está trabalhando em cima da construção da política
1460 descentralizada, que será baseada em núcleos territoriais e não mais
1461 temáticos houve a dúvida como seria considerada a ação da pessoa que
1462 coordenará esses núcleos. Assim, combinou com o grupo que encaminharia
1463 para a Diretoria, para pensar em como se daria a atuação. A Diretoria indicou
1464 que, inicialmente, fossem colocadas como convidadas, até que oficializasse
1465 suas funções em plenária. Assim, é preciso que o plenário legitime a atuação



1466 dessa figura, que será a pessoa que tocará as ações dentro dos núcleos
1467 territoriais, junto com os núcleos temáticos e a Comissão Gestora de sua
1468 subsede. Desse modo, relata que já há pessoas desenvolvendo essa função,
1469 mas que ainda não estão nomeadas. Rodrigo Toledo lembra que o grupo
1470 foi constituído com representantes de todas as subsedes. Considerações do
1471 plenário: 1) Regiane Aparecida Piva questiona como tem sido feito nas
1472 regiões. Em Bauru, indica que foram eleitas cidades polo, além de Bauru. 2)
1473 Pondera-se a dificuldade de construir essa articulação e se não se não se
1474 estaria construindo excessivas instâncias. 3) Questiona-se qual Centro de
1475 Custo seria utilizado para custeio dessa pessoa a ser nomeada. 4) Ainda, se
1476 existe um membro da Comissão Gestora que é de determinada cidade, se,
1477 ainda sim, pode-se nomear outro/a colaboradora/or na região. Bruna Lavinias
1478 Falleiros esclarece que não é necessário nomear essa pessoa, mas que se
1479 esta pessoa não é indicada para colaborar em nenhum outro espaço, sua
1480 participação se daria sempre como convidada. Em relação ao Centro de
1481 Custo, esclarece que seria o da ação que a pessoa estaria realizando e que
1482 é possível indicar colaboradora/or em cidade onde já existe membro da
1483 comissão gestora. Rodrigo Toledo lembra a necessidade de que sempre se
1484 indique de que atividade as pessoas nomeadas serão responsáveis. Vinicius
1485 Cesca de Lima comenta que na Plenária Ordinária de janeiro, a conselheira
1486 Bruna Lavinias Falleiros apresentou uma proposta de organização nuclear
1487 nas subsedes pela perspectiva dos territórios, e não dos temas. Com isso,
1488 haveria dois tipos de núcleos, temáticos e territoriais. As subsedes foram
1489 discutindo sobre as peculiaridades de cada região. A ideia era organizar as
1490 colaboradoras e as atividades, fazendo a leitura da demanda do território. Em
1491 algumas regiões, a ideia de ter núcleos nos territórios já avançou e o núcleo
1492 precisa ser criado em plenária. Ou seja, é necessário criar os núcleos
1493 territoriais, para, então, poder indicar colaboradores onde esses núcleos já
1494 foram organizados. Sobre o custeio, hoje não há centro de custo específico
1495 para esses Núcleos, mas a atividade em questão se encontra como atividade
1496 de Comissão Gestora, assim, sem prejuízo de que se possa criar Centro de
1497 Custo específico para isso - o que pode ocorrer agora ou no Plano de Ação
1498 do ano que vem - pode ser utilizado o Centro de Custo da Comissão
1499 Gestora. Ressalta que criar o centro de custo específico implica reorganizar o
1500 atual Centro de Custo. Faz defesa que esses núcleos funcionando possam
1501 ter centro de custo específico para organizar suas ações. Mas, atualmente, o
1502 mais adequado é que este valor seja retirado do centro de custo da



1503 Comissão Gestora. Novas considerações do plenário: 1) Manifesta-se dúvida
1504 sobre o custeio, pois há uma ação que é específica de regionalização,
1505 descentralização, interiorização e, no seu entendimento, esse seria o centro
1506 de custo adequado a ser utilizado. 2) Sugere-se que o Projeto de criação de
1507 Núcleos Territoriais seja reencaminhado a todo o plenário. Vinicius Cesca
1508 esclarece que o Núcleo de Saúde tem um custeio que é específico para suas
1509 reuniões, e outros relativos às ações sob sua responsabilidade, como as da
1510 luta antimanicomial. Assim, se o Núcleo Territorial organizar uma atividade,
1511 essa atividade deverá ser em centro de custo específico, mas as reuniões do
1512 grupo precisam de um centro de custo específico. Ressalta que haverá
1513 período de implantação e, dar conta do que não especificamos tem um custo.
1514 Atualmente, seria o de realocar o atual centro de custo ou de utilizar um
1515 centro de custo existente. **Encaminhamento:** O plenário aprova a criação de
1516 núcleos territoriais, que passarão a serem criados e compostos durante as
1517 plenárias ordinárias, conforme as Comissões Gestoras das sedes os
1518 forem articulando. **XIV) RECOMPOSIÇÕES DE COMISSÕES GESTORAS,
1519 PERMANENTES, NÚCLEOS, GRUPO DE TRABALHO E COLETIVOS
1520 INTERNOS – 14.1) Subsede de Assis –** Propõe-se a alteração, de
1521 subcoordenadora para membro de Sonia Romeiro Costa Rocha (06/97709) e
1522 de membro para subcoordenadora de Juliana Cristina Bessa (06/114392).
1523 **Encaminhamento:** O plenário aprova as alterações sugeridas. **14.2)
1524 Subsede do Grande ABC –** Indica-se a exclusão do membro Edgar Bittner
1525 Silva (06/99401) devido à mudança de endereço para município fora do
1526 território da Subsede do Grande ABC. **Encaminhamento:** O plenário aprova
1527 a exclusão indicada. **14.3) Subsede de Sorocaba -** Propõe-se a exclusão do
1528 membro Henoch Pedro Rodrigues Junior (06/135502). **Encaminhamento:** O
1529 plenário aprova a exclusão indicada. **14.4) Comissão de Ética – 14.4.1)
1530 CAM-COE -** Propõe-se a exclusão de Victor Barão Freire Vieira (06/100245)
1531 e a inclusão de Fabiana Cristina Aidar da Silva (06/79309).
1532 **Encaminhamento:** O plenário aprova a exclusão e inclusão indicadas.
1533 **14.4.2) Subsede do Grande ABC –** Indica-se a exclusão do membro Edgar
1534 Bittner Silva (06/99401). Andrea Mataresi esclarece que como houve
1535 mudança de endereço para município que não pertence a região da
1536 Subsede, deverá ser desligado da COE, também. Quando da formação da
1537 Subsede do Alto Tiête, o membro poderá voltar a contribuir com a COE.
1538 Explica que pela Região Metropolitana, não há necessidade, pois já há
1539 excesso de colaboradoras/es. **Encaminhamento:** O plenário aprova a



1540 exclusão indicada. 14.4.3) Subsede de Bauru – Propõe-se a exclusão da
1541 membra Patricia Silva de Figueiredo (06/110869) da COE na subsede.
1542 Andrea Mataresi comenta que está preocupada com a região de Bauru
1543 devido o acordo na última plenária de que o conselheiro Márcio Magalhães
1544 deveria trazer outros nomes para COE. Ele não veio a esta plenária e a
1545 conselheira Regiane Aparecida Piva, também da Região, já saiu da sessão.
1546 Isso implicará a regionalização da COE. Em reunião de COE foi acordado
1547 que cada subsede deveria ter de 5 a 7 membros de COE. Informa-se que a
1548 conselheira Regiane Piva havia indicado que precisaria passar nesta plenária
1549 a inclusão de nomes de membros de COE. Após consulta do plenário, por
1550 telefone, à conselheira, são informados os seguintes nomes, para inclusão
1551 como membros de COE na subsede: Regiane Aparecida Piva (06/52183),
1552 Luciana Amaral Silva Souza (06/128541) e Sarah Faria Abrão Teixeira
1553 (06/132287). **Encaminhamento:** O plenário aprova a exclusão e as
1554 inclusões indicadas de membros de COE na subsede. 14.4.4) Subsede de
1555 Campinas - Propõe-se a inclusão de Gustavo de Lima Bernardes Sales
1556 (06/87121), enquanto colaborador de CI na subsede. **Encaminhamento:**
1557 Aprovada a inclusão indicada. 14.4.5) Subsede de São José do Rio Preto –
1558 Indica-se a inclusão, como membros, de Claudia Cristina Lofrano Souto
1559 (06/44926), Claudio Luis Garcia da Silva (06/37263), Cristiane Tomazelle dos
1560 Santos (06/52229), Eliani Cristina Florêncio (06/103485), Maria Carolina Gatti
1561 (06/70857) e Pedro Junior Rodrigues Coutinho (06/118209). 14.4.6)
1562 Membros de COE para avaliação de processos éticos que envolvem atuação
1563 na assistência social – Vinicius Cesca de Lima comenta que encaminhou
1564 para COE, mas essa não pautou. Entende que não haverá prejuízo em
1565 pautar neste momento. Se trata da inclusão de membros na COE
1566 especificamente para fazerem levantamentos e análises acerca dos
1567 processos éticos que envolvem a atuação de psicólogas/os na Assistência
1568 Social. São indicadas, portanto, a inclusão de Vinicius Cesca de Lima
1569 (06/99477), que coordenará o trabalho desse grupo, Flavia Maria de Moura
1570 Reis (06/112038), Alexandre de Brito Angelo (06/116089) e Andrea da Costa
1571 Rolim (06/80424). **15.5) Comissão de Orientação e Fiscalização - 14.5.1)**
1572 Subsede de Sorocaba - Propõe-se a inclusão de Lucas Souza Leme
1573 (06/134764) enquanto membro pela subsede e a exclusão dos membros
1574 Henocho Pedro Rodrigues Junior (06/135502) e Otávio Luis de Moraes
1575 Machado (06/123739). **Encaminhamento:** Aprovadas a inclusão e exclusões
1576 sugeridas. 14.5.2) Subsede de Ribeirão Preto – Indica-se a inclusão de



1577 Domitila Shizue Kawakami Gonzaga (06/129020) como colaboradora para
1578 fiscalizações da COF. **Encaminhamento:** Aprova-se a inclusão da
1579 colaboradora. **14.6) Comissão de Auditoria e Controle Interno (CACI)** –
1580 Indica-se a inclusão, como membros, de Ed Otsuka (06/73247) e Mauricio
1581 Marinho Iwai (06/123689). **Encaminhamento:** Aprovam-se as inclusões
1582 indicadas. **14.7) Comissão de Processos Legislativos (CPL)** - Indica-se a
1583 inclusão, como membro, de Nicole Nöthen de Oliveira (06/15418).
1584 **Encaminhamento:** Aprova-se a inclusão indicada. **14.8) GT sobre Métodos,**
1585 **Técnicas e Diversidade Epistemológica em Psicologia** – Indica-se a
1586 inclusão de membro, pela Subsede de Campinas, de Maria Manuela
1587 Ramalheira Figueiredo (06/42181). **14.9) Núcleo Assistência Social** –
1588 **14.8.1 – Subsede de Sorocaba** – Indica-se a exclusão da membra titular
1589 Cristiane Paes Estevão (06/99351) e a inclusão de Laís Vieira de Campos
1590 (06/77130), como membra titular, e de Eliane Cristina Dias de Almeida
1591 (06/81767), como membra suplente, pela Subsede. **Encaminhamento:**
1592 Aprovadas a exclusão e as inclusões indicadas. **14.10) Núcleo Criança e**
1593 **Adolescente** – **14.10.1 – Subsede Sorocaba** – Propõe-se a alteração de
1594 membra titular para membra suplente de Aline Coelho Salvador (06/77637) e
1595 inclusão como membra suplente de Eliane Cristina Dias de Almeida
1596 (06/81767). **Encaminhamento:** Aprovadas a alteração e a inclusão
1597 indicadas. **14.10.2 – Subsede Campinas** – Indica-se a inclusão, como
1598 membro suplente, de Ricardo de Castro e Silva (06/16397). **14.11) Núcleo**
1599 **Educação e Medicalização** – **14.11.1 – Subsede Sorocaba** – Indica-se a
1600 inclusão, como membra suplente, de Ivana do Carmo Souza (06/90362).
1601 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão sugerida. **11.12) Núcleo**
1602 **Emergências e Desastres** – **14.12.1 - Subsede Bauru** – Sugere-se a
1603 exclusão da membra titular Sabrina Henrique Bettiol (CRP 06/96743) e a
1604 inclusão, como membro titular, de Edson Neves Terra Junior (06/95824).
1605 **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão e inclusão sugeridas. **14.12.2 –**
1606 **Subsede São José do Rio Preto** – Indica-se a exclusão do membro titular
1607 Vinícius Schumacher de Almeida (06/135859). **Encaminhamento:** Aprovada a
1608 exclusão indicada. **14.13) Núcleo Justiça** – **14.13.1 – Subsede Campinas** -
1609 Sugere-se a alteração de membra titular para membra suplente de Rita de
1610 Cássia Oliveira Assunção (06/41621) e a inclusão, como membra titular, de
1611 Giseli de Fatima Assoni (06/72980). **Encaminhamento:** Aprovadas as
1612 inclusões indicadas. **14.14) Núcleo Psicologia Organizacional e do**
1613 **Trabalho** – **14.14.1 - Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte** - Indica-se a



1614 exclusão da membra titular Nereida Marques da Silva (06/128855) e a
1615 inclusão, como membra titular, de Edna Maria Videira (06/5186).
1616 **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e a inclusão indicadas. **14.15)**
1617 **Núcleo Psicologia e Deficiência – 14.15.1 – Subsede Sorocaba** – Sugere-
1618 se as inclusões de Marli Aparecida Taraborelli (06/55051), como membra
1619 titular, e de Ione Aparecida Xavier (06/27445), como membra suplente.
1620 **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões sugeridas. **14.15.2 – Região**
1621 **Metropolitana** – Indica-se a inclusão de Larissa Gomes Ornelas Pedott
1622 (06/90704), enquanto membra titular. **Encaminhamento:** Aprovada a
1623 inclusão indicada. **14.16) Núcleo Psicologia e Povos Tradicionais –**
1624 **11.16.1 – Subsede Ribeirão Preto** – Indica-se a inclusão de Leonardo Zaiden
1625 Longhini (06/123795) como membro suplente. **Encaminhamento:** Aprovada
1626 a inclusão indicada. **14.16.2 – Subsede Campinas** – Indica-se a inclusão de
1627 Tatiana Gomez Espinha (06/73752) como membra titular. **Encaminhamento:**
1628 Aprovada a inclusão, conforme indicado. **14.17) Núcleo Psicologia e**
1629 **Relações Etnicorraciais – 14.17.1 - Subsede Campinas** – Indica-se a
1630 inclusão de Jaciara Cristina da Silva (06/137886), enquanto membra
1631 suplente. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. **14.17.2 –**
1632 **Subsede Sorocaba** - Indica-se a inclusão de Michele Lemos de Souza
1633 (06/119904) como membra suplente. **Encaminhamento:** Aprovada a
1634 inclusão indicada. **14.18) Núcleo Psicoterapias – 14.18.1 – Subsede Bauru**
1635 - Indica-se a exclusão da membra suplente Valeria Antonia Benevides
1636 Solano Soares (06/98354). **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão
1637 indicada. **14.19) Núcleo Saúde – 14.19.1 - Subsede Vale do Paraíba e**
1638 **Litoral Norte** – Propõe-se a exclusão da membra suplente Nereida Marques
1639 da Silva (06/128855), a alteração de membra titular para membra suplente de
1640 Marília Capponi (06/81224) e a inclusões de Priscila Mathias (06/118786),
1641 como membra titular. **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão, a alteração
1642 e a inclusão indicadas. **14.19.2 – Subsede Sorocaba** – Indica-se a exclusão
1643 do membro titular Henocho Pedro Rodrigues Junior (06/135502) e alteração
1644 de membra suplente para titular de Mayara Ferreira de Almeida Branco
1645 (06/134567). **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e a alteração
1646 sugeridas. **14.20) Núcleo Sexualidade e Gênero – 14.20.1 – Subsede**
1647 **Bauru** – Sugere-se a exclusão do membro titular Marcio Magalhães da Silva
1648 (06/99618). **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão sugerida. **14.20.2 –**
1649 **Subsede Campinas** – Indica-se a exclusão da membra titular Carla
1650 Fernandes de Andrade (06/106306) e do membro suplente Santiago de



1651 Paiva (06/115307). Indica-se, ainda, a inclusão de Jaciara Cristina da Silva
1652 (06/137886) como membra titular. **Encaminhamento:** Aprovadas as
1653 exclusões e a inclusão indicadas. 14.20.3 – Subsede Sorocaba - Sugere-se a
1654 alteração de membra titular para suplente de Thaiga Danielli Saldanha
1655 Momberg (06/117912) e a inclusão, como membro titular, de Gelberton Vieira
1656 Rodrigues (06/122621). **Encaminhamento:** Aprovadas a alteração e a
1657 inclusão indicadas. **14.21) Núcleo Trânsito e Mobilidade Urbana – 14.21.1**
1658 **– Subsede Bauru** – Indicação a exclusão das membras suplentes Marta Alice
1659 Nelli Bahia (06/40893), Vera Lúcia Laguna Pimenta (06/24715) e Vera Márcia
1660 Laguna de Oliveira (06/24714). **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusões
1661 indicadas. Indica-se ainda a inclusão, como membra titular, de Luciana
1662 Amaral Silva Souza (06/128541). **14.22) Núcleos Territoriais – 14.22.1 -**
1663 **Subsede de São José do Rio Preto** – A Subsede de São José do Rio Preto
1664 indica a criação do Núcleo Territorial de Catanduva e indica Leandro Amorin
1665 Rosa (06/116816) como coordenador desse núcleo. **Encaminhamento:** A
1666 plenária referenda a criação do Núcleo Territorial de Catanduva e aprova a
1667 indicação de Leandro Amorin Rosa (06/116816) para coordenação do
1668 referido Núcleo. **14.23) Membra(o) titular do XV Plenário** – O conselheiro
1669 presidente, Aristeu Bertelli da Silva informa que é necessário definir quem
1670 assumirá a função de conselheira/o titular no plenário, devido à ausência
1671 pela saída de Fábio Silvestre da Silva. Assim, será necessário que uma/um
1672 conselheira/o suplente, passe a titularidade. Entende que deve-se manter a
1673 proporcionalidade em relação às regiões e, como Fabio Silvestre era da
1674 Região Metropolitana, entende que quem assumirá a titularidade também
1675 deverá ser. Considerando o trabalho na Diretoria, indica o conselheiro
1676 Rodrigo Toledo para a titularidade em caráter definitivo. Andrea Mataresi
1677 comenta que, pela COE, pode falar que quando Rodrigo Toledo deixou a
1678 Comissão para assumir a Secretaria da Diretoria, foi bastante caótico.
1679 Porém, já conseguiu-se organizar as questões com a entrada da conselheira
1680 Bruna Lavinias Jardim Falleiros. Assim, entende importante que Rodrigo
1681 Toledo posse a titular, até mesmo, considerando que somente pode assumir
1682 a presidência da COE conselheira/o efetiva/o. Considerando como as coisas
1683 estão precisando ser conduzidas neste momento, e da necessidade de
1684 conselheira/o efetivo para assumir. Endossa, desta forma, a indicação de
1685 Rodrigo Toledo. Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, entende que a este
1686 horário, não é viável realizar essa discussão, pois se trata de uma decisão
1687 política. Aristeu Bertelli da Silva relata que se trata de um encaminhamento



1688 necessário e está propondo manter a proporcionalidade anterior e, assim,
1689 para a titularidade ter alguém da região metropolitana. E, dentro desse
1690 aspecto, ter o reconhecimento de Rodrigo Toledo na região metropolitana
1691 para figurar como titular. Não se trata de alterar a composição, mas de
1692 referendar. Rodrigo Fernando Presotto comenta que Andrea Materesi chegou
1693 somente ao final da plenária e deve respeitar aquelas/es que estiveram o dia
1694 todo, inclusive nas Plenárias Éticas do dia anterior. Refere-se a falas feitas
1695 fora do microfone e que não são agradáveis, inclusive de pessoas que não
1696 estão neste momento para responder. Então, acha que deve ser mantido o
1697 tom, que ele gostaria que fosse mantido, pois a plenária toda ocorreu de
1698 forma respeitosa. Entende que o conselheiro Guilherme Rodrigues Raggi
1699 Pereira trouxe uma preocupação em relação a forma de encaminhamento e
1700 que isso, em vários momentos, tem gerado conflito. Comenta que não
1701 gostaria de entrar no mérito, pois acha que Rodrigo Toledo é uma figura
1702 adequada, e tem o perfil que o plenário deseja, inclusive para representação.
1703 Mas, tem feito algumas reflexões no que se refere à forma. Entende que
1704 esse assunto deveria ser trazido como prioridade e, assim, ter sido discutido
1705 antes e, dessa forma, entende que a discussão deve ser pautada para
1706 próxima plenária, na presença de todas/os conselheiras/os ausentes. Dessa
1707 forma, elas/es seriam contemplados e manteria este clima tranquilo com que
1708 se trabalhou. É um apelo que faz, e se a escolha for submeter a votação,
1709 assim será feito. Mas reforça que em sua visão esta não é a melhor maneira
1710 de se fazer e, considera inclusive injusto com o conselheiro Rodrigo Toledo,
1711 pois é um conselheiro que tem trabalhado com o plenário nas
1712 representações e que o considera muito responsável. Portanto, a questão
1713 não é o mérito, mas a forma de encaminhamento. Magna Barboza
1714 Damasceno considera uma boa indicação e recorda que a entrada de
1715 Rodrigo Toledo na Diretoria fez com que ele tivesse que deixar a Comissão
1716 de Auditoria e Controle Interno (CACI), o que foi sofrido. Comenta que ele
1717 contribuiu muito e entende que ele terá um manejo com a posição, pois já se
1718 percebe nas plenárias que ele tenta acalmar os ânimos. Evelyn Sayeg coloca
1719 que acha muito ruim a forma como Rodrigo Presotto colocou esta questão.
1720 Fica parecendo que a Andrea Mataresi não estava trabalhando junto ao
1721 plenário no dia anterior, assim como hoje. Colocando a questão de uma
1722 forma que não é bem assim. Não precisamos ser agressivos desta forma na
1723 plenária. Entende que a Andrea Materesi, às vezes, se exalta. Esta plenária
1724 tem sido agressiva com a Andrea Mataresi desde o começo e, desde o



1725 começo, sabia-se que ela estava grávida. Ela teve um bebê recentemente e
1726 isso não está sendo considerado no sentido do cuidado na plenária.
1727 Considera bastante desrespeitoso o jeito que Rodrigo Presotto colocou a
1728 questão e lhe causa desconforto, pois fica parecendo que ela não estava
1729 antes na plenária porque ela não quis ou porque tem trabalhando menos.
1730 Como mulher, sente-se incomodada. Considera que o plenário deve olhar
1731 com mais delicadeza essas coisas. Há uma questão que está sendo
1732 colocada, mas é possível olhar de outra forma, não se pode falar com as
1733 pessoas desse jeito e, basta a conselheira Andrea Mataresi chegar que
1734 todas/os ficam ásperos. Entende que se deve fazer *mea culpa* também, e
1735 tentar olhar por outro prisma as questões que temos colocado. Ficou o
1736 incomodo e tem certeza de que não era a intenção de Rodrigo Presotto. Com
1737 relação à indicação de Rodrigo Toledo, considera ótima. Inclusive, preocupa
1738 que ele esteja na suplência, mas na condição de efetivo, no momento. Não
1739 sabe como é isso no Regimento. Na sua opinião, a indicação dele para a
1740 titularidade é óbvia. É preciso fazer isso o mais rápido possível, devido às
1741 mudanças que a Diretoria sofre. E há essa eventualidade de a conselheira
1742 Camila Teodoro Godinho ter saído e talvez, o Rodrigo Toledo ter que sair
1743 também, em breve, para que a Camila Godinho possa voltar, o que considera
1744 que é ruim para o andamento dos trabalhos. Para ela, Rodrigo Toledo tem
1745 mostrado que deveria estar como efetivo desde o começo. É algo que fica
1746 refletindo, por mais que não mude a forma como conduzimos os nossos
1747 trabalhos. Fica, para muitas/os, a sensação de não poder contribuir tanto, por
1748 conta trabalho e ser efetiva/o, e o Rodrigo Toledo ter feito tanta coisa e ser
1749 suplente. Talvez tenha sido feita uma escolha errada na formação da chapa.
1750 Assim, sua defesa é que se endosse Rodrigo Toledo na titularidade neste
1751 momento. Guilherme Raggi Pereira comenta que endossa muitos pontos
1752 falados. Acha importante que Rodrigo Toledo possa assumir essa função.
1753 Mas, há duas questões: política e técnica-administrativa. Do ponto de vista
1754 político, se trata de uma questão de forma, e não de mérito. A parte técnica-
1755 administrativa, que é muito importante, é que isso não constava na pauta.
1756 Preocupa-se que seja um ponto incluído no final da reunião, e que não
1757 estava na pauta. Entende que é algo complicado para o grupo da plenária.
1758 Pede, encarecidamente, que se repaute. Mas é algo que deve ser feita, até
1759 mesmo pra manter coisas. Ed Otsuka entende como natural a indicação de
1760 Rodrigo Toledo. Mas há questão do respeito, entende que algumas/uns
1761 conselheiras/os tiveram que sair, mas é necessário ter respeito também com



1762 as pessoas que estão neste momento. É necessário seguir em frente e
1763 resolver as coisas que precisam ser deliberadas. Assim, endossa a indicação
1764 de Rodrigo Toledo. Mauricio Iwai retoma a fala de Evelyn Sayeg, e pensa
1765 que deveria ser uma unanimidade a passagem para efetivo de Rodrigo
1766 Toledo. Reconhece o trabalho que tem sido feito e agradece pela sua
1767 paciência. Vinicius Cesca de Lima comenta que gostaria de tratar de três
1768 questões: a primeira vai em direção ao apontado por Evelyn Sayeg, que o
1769 debate não é sobre o mérito, mas sobre a forma. Houve um momento muito
1770 legítimo, pela manhã, da defesa do não prejuízo das trabalhadoras do
1771 conselho na condição de mães. Esta defesa deve ser coerente com esta
1772 mesma preservação entre as conselheiras. Coerente também com a defesa
1773 ético política do CRP SP e se trata de um campo onde é inadmissível a
1774 disputa. E há duas questões do mérito da questão sendo discutida, a política,
1775 e lhe causa estranhamento sobre o estranhamento posto durante a
1776 discussão. No sentido que esta gestão é composta por um movimento
1777 político que não diferencia titulares de suplentes. Portanto, não se está
1778 falando de uma de promoção ou algo neste sentido. Então, essas funções
1779 são organizadas em uma lógica tranquila, que é de discutir a composição da
1780 chapa pelos lugares que as/os conselheiras/os ocuparão. Cita, como
1781 exemplo, que as/os coordenadoras/es de subsedes são sempre suplentes,
1782 pois é um espaço que pode ser ocupado por conselheiras/os suplentes. Mas,
1783 há outros espaços que precisam ser ocupados por conselheiras/os titulares.
1784 Por exemplo, o conselheiro Guilherme Rodrigues Raggi Pereira era suplente
1785 até poucos dias antes da inscrição da chapa, mas quando se apontou sua
1786 indicação como possível presidente da COF, foi definido que deveria ser
1787 conselheiro titular. Portanto, não se trata de mérito, mas do que é necessário
1788 para compor os espaços. Nesse sentido, subsedes com mais de uma/um
1789 conselheira/o, a/o coordenadora/or da Comissão Gestora é suplente e a/o
1790 outra/o conselheira/o, titular. Rodrigo Toledo foi eleito para ser conselheiro
1791 secretário por unanimidade. Nesta lógica, é necessário que ele seja titular.
1792 Na verdade, se trata de uma correção, do ponto de vista institucional daquilo
1793 que já havia sido acordado politicamente. Acha importante recuperar isso. Há
1794 uma lógica muito consolidada sobre a forma como é feita a composição da
1795 chapa e a distribuição de titularidade. Entende que se trata de uma exigência
1796 e, nesse sentido, endossa a nomeação de Rodrigo Toledo como titular, até
1797 por ser o único encaminhamento coerente, conforme já deliberado na
1798 plenária. Além disso, traz um incômodo para ele quando se tem este tipo de



1799 discussão. Pois se entende como legítimo cassar uma/um psicóloga/o com
1800 quórum de 9 (nove) conselheiras/os, que é algo que impacta muito mais na
1801 vida das pessoas. Mas se considera ilegítimo passar um conselheiro de
1802 suplente para titular. Não terá 30 (trinta) pessoas presentes para essa
1803 decisão e é necessário decidir. O quórum que temos é legal e legítimo e o
1804 encaminhamento proposto é coerente. Rodrigo Presotto pontua que está se
1805 tentando coloca-lo em um lugar que ele não está. Respeita a condição de
1806 Andrea Mataresi e não quis depreciar sua condição atual. O que verbalizou
1807 era de uma fala dela, dita fora do microfone, sobre as/os demais
1808 conselheiras/os não estarem mais presentes na plenária. Essas/es
1809 conselheiras/os são do interior do estado, que precisam de tempo de
1810 deslocamento e que estavam pautados a partir do combinado, pois,
1811 enquanto estiveram presentes, o teto de horário para fim da plenária era às
1812 18h. Pede que não se tente colocá-lo nesta posição, pois não é um lugar que
1813 ocupa e não age dessa maneira. Inclusive, trouxo essa perspectiva quando
1814 da discussão sobre a avaliação de desempenho, pedindo que essas
1815 questões sejam vistas. Entende que deveria ser discutido o mérito e não
1816 tentar coloca-lo em um lugar que ele não está. Outra perspectiva que traz é
1817 que entende que se conseguiu melhorar o processo de trabalho desde a
1818 última plenária, e se conseguiu pactuar coisas coletivas. Cita que início da
1819 plenária passada, tentou solicitar um ponto de pauta, inclusive sobre uma
1820 questão que ainda se encontra em pauta e que aguarda ansiosamente pela
1821 discussão. Foi algo que, naquele momento, provocou um grande
1822 tensionamento. Portanto, faz voz ao trazido por Guilherme Raggi, de se ter
1823 pautado um ponto novo, incluído após o teto de horário estabelecido. Trata-
1824 se, inclusive, de um cuidado de não colocar Rodrigo Toledo nesse lugar.
1825 Pede transparência nos processo de gestão e nos encaminhamentos. Não
1826 concorda de que se tome esta decisão neste momento e, portanto, sugere
1827 que seja feita a discussão na próxima plenária, conforme Regimento ou
1828 acrescida em um momento oportuno da plenária. Acha grave incorrer neste
1829 erro, do ponto de vista dos processos de trabalho. Relata que não gostaria
1830 que Rodrigo Toledo fosse colocado neste lugar e espera que ele consiga
1831 entender o porquê que ele e o Guilherme Raggi estão solicitando. O tempo
1832 de deslocamento para aqueles que residem no interior é diferente e havia um
1833 teto de horário estabelecido. Magna Barboza Damasceno comenta que ficou
1834 confusa quanto a ponderação de ser uma questão política, porque não
1835 trazem essa problemática na pauta de recomposição. Fez um esforço de



1836 recordar como foi conduzido quando ele entrou para a Diretoria e foi em uma
1837 pauta desta e também não estava pautado quando a Camila Godinho faz o
1838 convite para que ele assuma o lugar. E foi considerado extremamente
1839 legítimo naquele momento. Então, começa a pensar sobre si própria que há
1840 pouco nesta plenária fez a indicação de uma pessoa, mas o nome não
1841 constava na pauta e se trata de algo com natureza política e só discuti com
1842 uma conselheira sobre a indicação. Ainda, da relação de confiança que se
1843 estabelece uns com os outros, como tem na Comissão Gestora
1844 Metropolitana, de modo que dirá que indicou essa pessoa, e os membros da
1845 Comissão não questionarão. Portanto, não entende porque essa decisão não
1846 poderia ser tomada nesta plenária. Quando fica esse aspecto de ser algo
1847 sorrateiro, entende que divide o grupo e não soma. Assim, se isso é
1848 colocado, questiona se não é algo que invalidaria os outros nomes que foram
1849 referendados e que não estavam na pauta. Mas são nomes que não estavam
1850 na pauta e entendeu-se a situação e foram considerados. Não vê problema
1851 em passar o nome de Rodrigo Toledo nesta plenária. Entende que as falas
1852 de que o ponto seja repautado não são contrárias a indicação de Rodrigo
1853 Toledo, mas de reconhecimento deste plenário sobre o trabalho dele.
1854 Recapitula esses elementos, para que nos argumentos não pareça que se
1855 invalidou tudo até agora. A indicação do nome de Rodrigo Toledo foi feita às
1856 17h50 e está-se discutindo há 40 minutos. Nesse sentido, retoma a fala de
1857 Guilherme Raggi, de que se trata da forma, e não do mérito. Guilherme
1858 Rodrigue Raggi comenta que se sentiu contemplado na fala de Rodrigo
1859 Presotto e, neste caso, já são votos vencidos. Mas retoma que sua primeira
1860 sua primeira proposta era de conciliação. Pede que seja registrado que não
1861 foi pontuado o horário de inicio desta discussão. Maurício Iwai comenta que
1862 não acha válido dizer que não havia esta pauta de Recomposição, sendo que
1863 todas/os do plenário trazem nomes que não foram previamente colocados na
1864 pauta. Quando a gente discute o mérito da discussão, pontua que já poderia
1865 se ter terminado a discussão e finalizado a plenário. Quando se vai
1866 sinalizando um rompimento, dificulta os processos de trabalho, e se
1867 preocupa que esteja naturalizando a ideia de que a plenária não tem
1868 representatividade. Guilherme Raggi complementa que concorda com o
1869 exposto por Vinicius Cesca, no sentido de que o quórum é válido, também
1870 entende que a decisão já está tomada e que há quórum para deliberar.
1871 Solicita que suas falas e de Rodrigo Presotto sejam registradas, na íntegra,
1872 na ata desta plenária. Vinicius Cesca de Lima faz também essa solicitação.



1873 Evelyn Sayeg poderá que não vê tanta relevância nesta coisa de registro,
1874 pois poderia solicita que o plenário recuperasse suas falas em plenárias
1875 anteriores, sobre forma e mérito. Diz ainda que, dependendo do autor,
1876 algumas coisas são consideradas válidas ou deixam de valer. Acrescenta
1877 que não vê problema em dizer o que disse fora do microfone, porque as
1878 pessoas deixaram a plenária às 17h e toda vez são apresentados os
1879 mesmos argumentos. Sempre há tensionamentos, mesmo em coisas bobas.
1880 Questiona se alguém no plenário é à favor de eleições indiretas, pois, às
1881 vezes, dá essa sensação. Assim, quando se fala que não é uma questão de
1882 mérito, mas de forma, parece que é uma desculpa para colocar o mérito em
1883 questão ou desvalorizar e lastimar o mérito. É algo que o plenário precisa
1884 refletir bastante sobre os processos de trabalho, inclusive acha que já
1885 adiamos diversas vezes o ponto sobre processos de trabalhos. Assim, como
1886 defendemos um pauta, como hoje, que quando se questionou sobre as
1887 pautas prioritárias, as pessoas não se manifestaram. Entende que é
1888 necessário trabalhar de forma mais cooperativa, parar de pensar que as
1889 pessoas querem de alguma forma lesar o outro. Fica incomodada com a
1890 forma como alguns processos são levados e outros lastimados. Quando é
1891 algo proposto pela Diretoria, fica um clima de que tudo é muito horrível,
1892 mesmo sendo algo comum. Clarice Pimentel Paulon comenta que não irá
1893 revisar coisas que já foram ditas. Achou importante a recordação de como foi
1894 feita a transição da diretoria, pois muitas coisas já aconteceram e não se
1895 lembrava. Não é uma questão de mérito, mas de formalização da posição
1896 que Rodrigo Toledo está tomando nesse momento. Quando se fala em
1897 mediação ou conciliação, é porque estão existindo processos de disputa.
1898 Pede, então, que se jogue às claras: existem processos de disputa de poder
1899 no plenário. Fez-se uma discussão de que titularidade e suplência não
1900 significam alguma coisa nesta chapa mas, se há essa discussão agora, é
1901 porque significam. Gostaria que isso ficasse mais claro neste espaço, porque
1902 fica muito evidente, por exemplo, nos grupo de *Whatsapp*, pelas interações a
1903 depender do interlocutor, e fica claro que quando é alguém da diretoria que
1904 fala sobre algo, não há eco. Comenta que este plenário carrega uma herança
1905 de disputas dentro do Conselho, entre capital e interior e pessoas que estão
1906 há anos, do processo de influência e de intencionalidade. Quando se fala que
1907 é a forma e não o mérito, trazem-se essas questões de exercícios de poder,
1908 que não são dessa forma. Relata que quando se pede auxílio para realização
1909 de ações ordinárias, não reverbera. Esse exercício de poder deve ser



1910 articulado com o exercício ordinário do CRP. Aristeu Bertelli da Silva
1911 comenta que a pauta de recomposição, não é uma pauta nova e não é
1912 primeira vez que nomes são indicados na hora. Entende que há quórum para
1913 a decisão e que Rodrigo Toledo é alguém que se necessita estar na
1914 titularidade. Defende que seja dado o reconhecimento, pois a pratica já tem
1915 sido realizada. Magna Barboza Damasceno comenta que há lugares de
1916 disputa que não estão claros. Impacta nas/os conselheiras/os: ela é nova em
1917 plenários do CRP e comenta que as/os membras/os da Comissão Gestora
1918 Metropolitana são pressionados para saber de que lado ela está. Pontua que
1919 está do lado do que é certo. Se há disputa, ela deve estar clara. E, se recusa
1920 a pegar essa disputa: foi nomeada para articular a construção de uma
1921 subsede e é isso que irá fazer. Aristeu Bertelli da Silva questiona se há
1922 alguma objeção a Rodrigo Toledo ser titular. Os presentes entendem que
1923 pode ser encaminhado para votação. Nesse sentido, abre-se a votação para
1924 definição se este fragmento de ponto de pauta, relacionado à qual
1925 conselheira/o deverá assumir a titularidade, deverá ser adiado. E, caso se
1926 decida pelo não adiamento, abrir votação pelo referendo ou não do nome de
1927 Rodrigo Toledo. **Encaminhamento:** Aberto à votação quanto ao adiamento
1928 da decisão sobre quem assumirá a titularidade. Favoráveis ao adiamento:
1929 Guilherme Rodrigues Raggi Pereira e Rodrigo Fernando Presotto. Contrários
1930 ao adiamento dessa definição: Mauricio Iwai, Magna Barboza Damasceno,
1931 Ed Otsuka, Evelyn Sayeg, Andrea Mataresi, Mary Ueta, Clarice Pimentel
1932 Paulon e Vinicius Cesca de Lima. Abstenções: Rodrigo Toledo e Aristeu
1933 Bertelli da Silva, pela condição de presidente, vota em casos de voto de
1934 minerva. Assim, com 08 (oito) votos contrários ao adiamento, 02 (dois)
1935 favoráveis e 02 (duas) abstenções, o plenário define que o ponto deverá ser
1936 deliberado nesta plenária. Com isso, questiona-se sobre quais
1937 conselheiras/os presentes são favoráveis ao reconhecimento de titularidade
1938 do Rodrigo Toledo. Favoráveis: Mauricio Iwai, Magna Barboza Damasceno,
1939 Ed Otsuka, Evelyn Sayeg, Andrea Mataresi, Mary Ueta, Clarice Pimentel
1940 Paulon e Vinicius Cesca de Lima. Contrários: ninguém. Abstenções: Rodrigo
1941 Toledo, Rodrigo Fernando Presotto, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira e
1942 Aristeu Bertelli da Silva, por somente votar em caso de voto de minerva.
1943 Dessa forma, o plenário aprova o nome de Rodrigo Toledo, que passa a
1944 condição de conselheiro titular do XV Plenário. Rodrigo Toledo agradece as
1945 falas direcionadas a ele e pelo reconhecimento por seu trabalho. **XV)**
1946 **REPRESENTAÇÕES EM ENTIDADES / ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL**



1947 – **15.1) Conselho Municipal da Mobilidade de Bauru** – Indica-se a inclusão
1948 de Luciana Amaral Silva Souza (06/128541) para representar o CRP SP no
1949 Conselho Municipal da Mobilidade de Bauru. **Encaminhamento:** Aprovado o
1950 nome indicado. **XVI) AGENDA DE REUNIÕES DOS NÚCLEOS – 16.1)**
1951 **Núcleo de Assistência Social** – Calendário de reuniões proposto: 15/03
1952 (quarta-feira), às 19h, à distância; 01/04/17 (sábado), das 09h às 17h,
1953 presencialmente; 12/04/17 (quarta-feira), às 19h, à distância (extraordinária);
1954 15/05/17 (segunda-feira), às 19h, à distância; 03/06/17 (sábado), das 09h às
1955 17h, presencialmente; 03/07 (segunda-feira), às 19h, à distância; 05/08
1956 (sábado), das 09h às 17h, presencialmente; 04/09 (segunda-feira), às 19h, à
1957 distância; 30/09 (sábado), das 09h às 17h, presencialmente; 06/11 (segunda-
1958 feira), às 19h, à distância; 09/12 (sábado), das 09h às 17h, presencialmente.
1959 **Encaminhamento:** Aprovado o calendário apresentado. **16.2) Núcleo**
1960 **Criança e Adolescente** - Calendário de reuniões proposto: 20/03/17, às
1961 19h30, presencial; 17/04/17, às 19h30, presencial; 20/05/17, às 09h,
1962 presencial; 21/06/17, às 19h30, à distância; 22/07, às 09, presencial; 19/08,
1963 às 09h, presencial ou à distância; 16/09, às 09h, presencial ou virtual; 21/10,
1964 às 09h, presencial ou à distância; 18/11, às 09h, presencial ou virtual;
1965 13/12/17, às 19h30, à distância. **Encaminhamento:** Aprovado o calendário
1966 apresentado. **16.3) Núcleo de Educação e Medicalização** - Calendário de
1967 reuniões proposto: 30/03/17, às 18, presencial; 20/04/17, às 13h30,
1968 presencial e à distância; 26/05/17, às 19h, presencial e à distância; 08/06/17,
1969 às 19h, presencial; 30/06, às 14h, presencial e à distância; 28/07, às 18h,
1970 não definido se à distância ou presencial; 25/08, às 18h, presencial e à
1971 distância; 22/09, às 14h, presencial e à distância; 27/10, às 13h30, presencial
1972 e à distância; 24/11, às 14h, presencial e à distância; 15/12, às 14h,
1973 presencial e à distância. **Encaminhamento:** Aprovado o calendário,
1974 conforme apresentado. **16.4) Núcleo Emergências e Desastres** -
1975 Calendário de reuniões proposto: 26/04/17, às 19h, presencial e à distância;
1976 24/05/17, às 19h, presencial e à distância (virtual); 28/06, às 19h, presencial
1977 e à distância; 26/07, às 19h, presencial e à distância (virtual); 30/08, às 19h,
1978 presencial e à distância (virtual); 27/09, às 19h, presencial e à distância
1979 (virtual); 25/10, às 19h, presencial e à distância (virtual); 29/11, às 19h,
1980 presencial e à distância (virtual). **Encaminhamento:** Aprovado o calendário,
1981 conforme apresentado. **16.5) Núcleo de Saúde** – Calendário de reuniões
1982 proposto: 09/03/17, presencial e à distância (virtualmente); 13/04/17,
1983 presencial e à distância (virtual); 11/05/17, presencial e à distância (virtual);



1984 08/06/17 (quinta-feira), às 18h30, à distância (virtual); 15/07 (sábado), às
1985 13h30, presencial; 10/08 (quinta-feira), às 18h30, virtual; 16/09 (sábado), às
1986 13h30, presencial; 05/10 (quinta-feira), às 18h30, à distância; 18/11 (sábado),
1987 às 13h30, presencial; 14/12 (quinta-feira), às 18h30, virtual.
1988 **Encaminhamento:** Aprovado o calendário, conforme apresentado. **16.6)**
1989 **Núcleo Psicologia e Deficiência** - Calendário de reuniões proposto:
1990 17/03/17, às 19h, presencial; 24/04/17, às 19h, presencial; 30/05/17, às 19h,
1991 presencial; 09/06/17, às 19h, à distância. Ainda não está definido calendário
1992 de reuniões para o segundo semestre de 2017. **Encaminhamento:**
1993 Aprovado o calendário, conforme apresentado. **16.7) Núcleo Psicologia**
1994 **Organizacional e do Trabalho** - Calendário de reuniões proposto: 06/05/17,
1995 às 19h, presencial e à distância (virtual); 24/06, às 09h, presencial e à
1996 distância; 05/08, às 09h, presencial e à distância; 21/10, às 09h, presencial e
1997 à distância; 18/11, às 09h, presencial e à distância. **Encaminhamento:**
1998 Aprovado o calendário, conforme apresentado. **16.8) Núcleo Psicologia e**
1999 **Povos Tradicionais** - Calendário de reuniões proposto: 01/04/17, das 10h às
2000 13h, presencial; 05/05/17, das 10h às 13h, presencial e à distância (virtual);
2001 03/06/17, das 10h às 13h, presencial e à distância (virtual); 01/07, das 10h às
2002 13h, presencial; 05/08, das 10h às 13h, presencial e à distância (virtual);
2003 05/08, das 10h às 13h, presencial e à distância (virtual); 14/10, das 10h às
2004 13h, presencial e à distância (virtual); 04/11, das 10h às 13h, presencial e à
2005 distância (virtual); 02/12, das 10h às 13h, presencial e à distância (virtual).
2006 **Encaminhamento:** Aprovado o calendário, conforme apresentado. **16.9)**
2007 **Núcleo Psicologia e Relações Etnicorraciais** – Calendário de reuniões
2008 proposto: 10/03/17, às 19h, presencial e à distância (Subsede ABC);
2009 07/04/17, às 19h, presencial e à distância (Subsede Grande ABC); 12/05/17,
2010 às 19h, aberta e ampliada (Sede) – presencial e à distância; 09/06/17, às
2011 19h, presencial e à distância (Subsede Sorocaba); 14/07, às 19h, presencial
2012 e à distância (Subsede Campinas); 11/08, às 19h, aberta e ampliada (Sede)
2013 – presencial e à distância; 15/09, às 19h, presencial e à distância (Subsede
2014 Baixada Santista e Vale do Ribeira); 20/10, às 19h, presencial e à distância
2015 (Subsede Ribeirão Preto); 10/11, às 19h, presencial e à distância (Subsede
2016 Vale do Paraíba e Litoral Norte); 08/12, às 19h, aberta e ampliada (Sede) –
2017 presencial e à distância. **Encaminhamento:** Aprovado o calendário,
2018 conforme apresentado. **16.10) Núcleo Psicologia e Esporte** - Calendário de
2019 reuniões proposto: 26/04/17, às 19h, à distância. Não estão definidas as
2020 próximas datas de reuniões. **Encaminhamento:** Aprovado o calendário,



2021 conforme apresentado. **16.11) Núcleo Psicoterapias** - Calendário de
2022 reuniões proposto: 10/14/17, às 09h30, presencial e à distância (virtual);
2023 27/05, às 15h, presencial e à distância (virtual); 19/06, às 09h, à distância;
2024 22/07, às 15h, presencial e à distância. Ainda não está definido calendário de
2025 reuniões para o segundo semestre de 2017. **Encaminhamento:** Aprovado o
2026 calendário, conforme apresentado. **XVII) PROJETO DE GESTÃO** – Evelyn
2027 Sayeg comenta que havia sido acordado em plenário que deveria ser uma
2028 oficina sobre o tema e foi definido um GT para cuidar da questão. Assim, o
2029 grupo pensou em pedir para uma pessoa fazer um planejamento da oficina e
2030 a ideia seria todas/os se reunirem um dia para fechar as diretrizes do projeto,
2031 que serão trabalhadas até 27 de agosto. Há um impacto financeiro, mas dá
2032 pra retirar do próprio Centro de Custo. Vinicius Cesca de Lima sugere, se é
2033 uma atividade para todas/os conselheiras/os, que se chame de Plenária
2034 Extraordinária. **Encaminhamento:** Será encaminhado um e-mail ao plenário
2035 consultando sobre as datas para realizar a Plenária Ordinária. Opções: 01 de
2036 julho ou 15 de julho. **XVIII) PONTOS PARA A PRÓXIMA PLENÁRIA** – 1)
2037 Análise de Conjuntura; 2) Avaliação do Processo de Trabalho dos
2038 Conselheiros; 3) Diretriz Política da Gestão do CRP SP; 4) CREPOP - Centro
2039 de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - • Reimpressão de
2040 referências e indicação de especialistas para Comissões Ad-Hoc CREPOP;
2041 5) Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo; 6) Avaliação e
2042 Encaminhamentos sobre a Manifestação das Assistentes Técnicas sobre
2043 Processo de Interiorização da COE; 7) Aplicativo CRP SP; e, 8) Criação de
2044 Comissão de Controle Social no CRP SP. Nada mais havendo a tratar, o
2045 senhor conselheiro presidente deu por encerrada a sessão às 19 horas e 02
2046 minutos, da qual eu, conselheiro secretário, Rodrigo Toledo, lavrei a presente
2047 Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo,
2048 dez de junho de dois mil e dezessete.

Andrea Mataresi

Aristeu Bertelli da Silva

Clarice Pimentel Paulon

Evelyn Sayeg



Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Monalisa Muniz do Nascimento

Regiane Aparecida Piva

Rodrigo Toledo

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Vinicius Cesca de Lima

Beatriz Borges Brambilla

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Magna Barboza Damasceno

Mary Ueta

Mauricio Marinho Iwai

Rodrigo Fernando Presotto